

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.25, n.9-10, p.1-35 setembro/outubro 2003



SUMÁRIO

C rescimento econômico e padrão de financiamento <i>Gilmar Mendes Lourenço e Ivanir José Bortot</i>	2
O custo país e o protecionismo <i>João Paulo de Almeida Magalhães</i>	11
P olítica fiscal: resultados e perspectivas <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	13
A interminável guerra fiscal <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	16
E conomia paranaense: a conjuntura de 2003 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	18
P araná - Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff e Shelbert Braz</i>	22
E conomia Paranaense Indicadores Selecionados	25

Crescimento econômico e padrão de financiamento¹

Gilmar Mendes Lourenço e Ivanir José Bortot***

O presente texto procura levantar preliminarmente alguns pontos relevantes de uma estratégia de expansão econômica sustentada do país, destacando a necessidade do desenho de um padrão de crescimento, incluindo setores e ramos prioritários e a correspondente definição das fontes de financiamento.

É praticamente generalizada a idéia de que a economia brasileira estaria saindo do “fundo do poço” recessivo em que se encontrava desde o segundo semestre do ano passado, fruto da política de austeridade monetária e fiscal praticada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, e intensificada na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, visando conter as pressões inflacionárias, derivadas da superdesvalorização cambial verificada em 2002, e resgatar a confiança dos mercados nos fundamentos macroeconômicos do país.

Em resposta a um conjunto de fatores favoráveis, como o êxito no desarme da ameaça de descontrole da inflação, a estabilização da taxa de câmbio ao redor de R\$ 2,90 por dólar, a queda paulatina do risco país, a continuidade da obtenção de superávits na balança comercial, as reduzidas taxas de juros praticadas pelos países desenvolvidos, a queda da aversão ao risco por parte dos investidores, o aumento da oferta de recursos para os mercados emergentes e o embrião de recuperação da economia dos Estados Unidos, é possível perceber o restabelecimento dos fluxos de capitais (diretos e de empréstimos) na direção do Brasil e a emissão de sinais de reativação da economia real.

Algumas estatísticas econômicas estariam apontando nessa direção desde o mês de julho, como o incremento nas vendas reais e na produção industrial, o crescimento no faturamento dos supermercados, o aumento nas vendas de papelão ondulado e a ampliação das encomendas do comércio junto à indústria. A recuperação do Indicador do Nível de Atividade (INA) da indústria paulista representa a síntese do delineamento de uma inversão de tendência.

O INA experimentou variação de 6,0% e 5,5% em setembro de 2003 em relação a agosto deste ano e a setembro de 2002, respectivamente. O faturamento real acumulado pela indústria de São Paulo cresceu 0,8% entre janeiro e setembro, dada a combinação entre impulsão das exportações, reativação das vendas de bens de consumo duráveis destinadas ao mercado interno e efeito demanda sazonal do fim de ano.

Esse quadro de reanimação econômica é evidenciado também pela variação de 20,4% e 20,3% das vendas de produtos eletrodomésticos (linha branca, portáteis e imagem e som) em setembro de 2003, frente a agosto de 2003 e setembro de 2002, respectivamente, depois de queda acumulada de 13,2% no primeiro semestre. Ainda assim, o declínio entre janeiro e setembro foi de 8,1%.

A produção e os negócios no país vêm registrando uma reversão da rota cadente, sustentada pela desova de estoques e pela utilização das margens de ociosidade

De fato, a produção e os negócios no país vêm registrando uma reversão da rota cadente, sustentada pela desova dos estoques acumulados ao longo dos últimos meses e pela utilização das margens de capacidade ociosa das indústrias, sobretudo dos ramos mais articulados ao mercado interno, pelo lado da oferta, e pelo reerguimento dos patamares de consumo, pelo ângulo da demanda.

Frise-se que este último ponto vem sendo determinado pela restauração do poder aquisitivo dos salários, com o recuo da inflação, e pelo tímido declínio do custo do dinheiro e pela elevação da oferta de crédito, com a diminuição dos depósitos compulsórios. Mas, é prudente compreender o resíduo recessivo carregado pelas elevadas taxas de desemprego no País, alcançando 13% da PEA em agosto, segundo o IBGE, e 20,6% na Região Metropolitana de São Paulo, conforme a Seade/Dieese, resultando em 2,03 milhões de pessoas desempregadas. A própria estagnação do INA/SP *versus* o crescimento nas vendas industriais no período janeiro-setembro (crescimento zero e 0,8% respectivamente) caracterizam o ciclo de desova de estoques.

A contração econômica também pode ser aferida pelas elevadas folgas de capacidade produtiva registradas pela maioria das plantas industriais, conforme

**Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.*

***Jornalista, diretor do jornal **Gazeta Mercantil** - Região Sul.*

pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os inquéritos da FGV apuram ociosidade de 18,1% na indústria de transformação, de 22,7% em bens de consumo, de 22,6% em bens de capital, de 21,7% em material de construção e de 14,4% em bens intermediários.

Ademais, na ausência de medidas estruturais voltadas, de um lado, à elevação do emprego e dos salários, e, de outro, à viabilização de condições adequadas para a redução do custo do investimento no Brasil (basicamente juros, crédito e carga tributária), tal recuperação pode protagonizar apenas um movimento efêmero, associado a fatores de natureza conjuntural, como o aquecimento atrelado às festas de fim de ano e a reposição técnica dos estoques comerciais no princípio de 2004.

Aliás, nos últimos dez anos não foi tão incomum a ocorrência de variações expressivas do PIB frente ao trimestre anterior, mesmo na falta de condições de sustentabilidade. Trata-se do *stop and go* da política econômica dirigida ao ajuste do balanço de pagamentos em regime de câmbio flutuante e ao cumprimento das metas de inflação, que provoca o encolhimento da demanda interna devido à queda da renda e a uma verdadeira fadiga empresarial, minando a disposição em favor dos investimentos produtivos.

Isso significa que o ingresso do país em um novo período de expansão com estabilidade monetária, ou a construção do “espetáculo do crescimento” preconizada pelo presidente da República, exige o rigoroso cumprimento de uma agenda programática de transformação por meio do abandono do viés curto prazista da orientação econômica.

Por isso, a equação a ser resolvida consiste em transformar a recuperação sazonal em uma nova etapa de expansão, liderada pelas decisões empresariais dirigidas à ampliação da capacidade produtiva, sobretudo nos pontos de estrangulamento das áreas de infraestrutura (transportes, energia e telecomunicações) e de insumos básicos (siderurgia, petroquímica, madeira, celulose e papel).

Lembre-se que a persistência de tais gargalos pode vir a abortar um ciclo expansivo pela insuficiência de oferta, decorrente de pressões sobre uma capacidade instalada estagnada há anos, o que, por certo, conduzirá ao comprometimento dos saldos comerciais por conta da concorrência estabelecida entre a produção destinada ao mercado interno *versus* demanda externa.

Tome-se como exemplo de estrangulamento a área de transportes. Cálculos do Ministério dos Transportes demonstram que os recursos orçamentários alocados no segmento devem ficar em 0,1% do PIB em 2003, o menor nível dos últimos 35 anos. Até setembro do corrente ano, somente 0,6% dos valores arrecadados com a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) foram repassados para investimentos em recuperação e conservação de rodovias. O pior é que o orçamento para 2004 prevê inversões de R\$ 2,3 bilhões contra necessidades estimadas de R\$ 6,0 bilhões/ano.

Nesse sentido, além da articulação entre as políticas monetária, fiscal e cambial, o programa macroeconômico deve incorporar em sua pauta de prioridades a viabilização do preenchimento de alguns requisitos à elevação da taxa de investimento, indicador do potencial de expansão futura de um sistema econômico.

Isso porque, a formação bruta de capital situou-se em 17,88% do PIB no segundo trimestre de 2003, o pior resultado desde os três primeiros meses de 1993 (17,64%) e a menor taxa registrada neste trimestre desde 1991 (17,11%). Para complicar, uma retomada auto-sustentada do crescimento na faixa entre 4,0% e 5,0% ao ano exigiria patamares de investimento de cerca de 25,0% do PIB, alcançados apenas durante o ciclo de inversões do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) dos anos 70 e que presentemente estariam fora das possibilidades financeiras imediatas do Estado ou da sua capacidade de captação de recursos externos.

O mais preocupante seria a não ocorrência de um movimento generalizado de desengavetamento dos projetos da iniciativa privada em aumento da capacidade produtiva para 2004, em razão dos elevados níveis de ociosidade e das apreensões quanto ao fôlego da recuperação econômica. Levantamentos empreendidos pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), confirmados por investigação feita pela Universidade de São Paulo (USP), constataram reduzido nível de intenção de compra dos consumidores paulistanos e priorização da quitação de dívidas. Conforme a USP, 55,4% da população não pretende adquirir nada no último trimestre do ano. Já segundo a ACSP, 63% dos paulistanos não tencionam efetuar compras a prazo no final do ano (contra 28% em 2002). Daí a ausência de condições objetivas que assegurem taxas de investimento superiores a 20% do PIB, a médio prazo, no Brasil, contra os 27% da Coréia do Sul e os 23% da Malásia, por exemplo.

Pesquisa realizada pela FGV em 423 companhias permite verificar que, mesmo depois da sinalização oficial de continuidade da flexibilização monetária (redução dos juros e dos depósitos compulsórios), os investimentos devem representar 5,2% da sua receita operacional líquida em 2003, contra média de 7,2% entre 1995 e 2002, sendo que em nenhum daqueles exercícios a relação teria sido inferior a 5,2%. Ainda segundo a FGV, taxas médias entre 7% e 8% do faturamento líquido traduziriam uma postura otimista dos empreendedores em investir nos seus negócios. Adicionalmente, os ramos menos propensos à concretização de inversões seriam os fabricantes de bens de consumo (taxa de 2,7%) e de bens de capital (3,7%), justamente aqueles mais diretamente associados ao desempenho das variáveis juros e rendimentos (emprego e salários).

Em embalo semelhante, apurações do BNDES indicam um curioso cenário de sobra de recursos para investimentos, em face da queda nas aprovações de novos projetos de financiamento (fase anterior à liberação dos recursos), nos enquadramentos, nos

desembolsos da instituição e mesmo nas solicitações de novos empréstimos de 39,0%, 24,0%, 20,0% e 29,0%, respectivamente, entre janeiro e agosto de 2003, em comparação com o mesmo período de 2002.

Além da maior morosidade na tramitação (avaliação e aprovação) dos pedidos, resultante da reestruturação organizacional do banco, tal situação pode ser atribuída à ausência de disposição do empreendedor brasileiro em investir em projetos de expansão diante da conjugação entre conjuntura recessiva, compressão dos lucros, volatilidade da taxa de câmbio e elevado endividamento em moeda estrangeira. Segundo cálculos da empresa de consultoria Austin Asis, o lucro das empresas não financeiras no Brasil recuou de 4,4% do PIB, em 1973, para 0,37% em 2002. A Austin também demonstra que a rentabilidade patrimonial (lucro/patrimônio líquido) destas organizações declinou de 3,1% em 1995 para 0,8% em 2002.

Por isso, a condução da política econômica deve perseguir a ampliação da poupança interna, a expressiva redução dos juros reais e do custo de intermediação financeira, cobrado pelos bancos dos agentes privados (tanto empresas como consumidores), e a ampliação da oferta de crédito, com a redução dos compulsórios.

Devem também ser buscados a definição de um marco regulatório para os segmentos de infra-estrutura, o declínio do custo país e a negociação de uma política industrial, por meio da designação dos ganhadores e dos perdedores diretos de uma nova etapa expansiva, marcada pela multiplicação das exportações e pela substituição competitiva das importações, capazes de assegurar a diminuição da vulnerabilidade externa do país, e pelo incremento dos níveis de emprego e da oferta de bens de consumo populares e de infra-estrutura social.

A propósito disso, até aqui, de um lado, os superávits comerciais ainda vêm sendo sustentados pela conjugação entre efeitos da depreciação do câmbio, elevação dos preços das *commodities* e, sobretudo, declínio da absorção doméstica (consumo, investimento e gasto público). De outro, a fragilidade externa brasileira permanece ativa e centrada no reduzido montante de reservas internacionais em poder do Banco Central (na ordem de US\$ 18,0 bilhões, quando descontadas as disponibilizações do Fundo Monetário Internacional - FMI), na elevada relação entre a dívida (e os respectivos serviços demarcados por juros e amortizações) e as exportações, e na reduzida corrente de comércio (exportação mais importação como proporção do PIB).

A título de ilustração, em 1980 o Brasil e a China respondiam individualmente por 0,9% das exportações mundiais. Em 2000, o Brasil praticamente repetia a participação de 0,9% enquanto a China atingia quase 4,0%. No intervalo em pauta, o PIB chinês registrou incremento de cerca de 10,0% ao ano contra 2,5% a.a. do PIB brasileiro.

No que se refere à revisão e aperfeiçoamento dos critérios de operação das agências de regulação, convém atentar para a necessidade de priorização da preservação do interesse público, tanto no controle mais rigoroso das

licitações quanto na celebração dos contratos de gestão e de prestação de serviços, vinculando-os à orientação oficial, mas independentes dos movimentos e conveniências políticas e, principalmente, partidárias.

*Há necessidade de intensificação da
implementação de programas de
recapitalização e de reestruturação societária
e/ou de recuperação fiscal das empresas*

Há que se atentar também para a necessidade de intensificação da implementação de programas de recapitalização, reestruturação societária e/ou de recuperação fiscal das empresas, notadamente aquelas que estejam enfrentando dificuldades patrimoniais associadas a fatores exógenos, como as crises energética e cambial, resultando em endividamento em moeda forte e no seu provável não equacionamento via mercado. É o caso das distribuidoras de energia elétrica, cujo estoque de dívida atinge mais de R\$ 8,0 bilhões, e para as quais o BNDES disponibilizou linha de crédito de R\$ 3,0 bilhões, com carência de quatro anos.

Nessas circunstâncias, surge a discussão de um rearranjo negociado do padrão de financiamento de um novo ciclo de crescimento, inclusive com a recuperação da capacidade de fomento do Estado. Uma breve retrospectiva histórica permite observar que praticamente toda a industrialização substitutiva de importações do País foi montada com forte presença e participação do Estado (empresas estatais e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, hoje BNDES) e pronunciado endividamento externo, inclusive para a cobertura dos déficits em transações correntes associados aos próprios avanços e/ou exigências qualitativas do parque fabril em consolidação.

Nos dias de hoje, confirma-se a integração passiva do país na nova ordem mundial ditada pela globalização, pela terceira revolução industrial, pela abertura comercial e pela financeirização da riqueza. Os desdobramentos desse processo, resumidos na disseminação da idéia de resolução dos problemas de distribuição de renda e de exclusão social, pela alocação eficiente de recursos em uma economia de mercado e pelo desmonte dos mecanismos heterodoxos de estímulo ao investimento (bancos públicos), podem provocar a rotulagem de inconsistência a qualquer proposta ligada ao retorno dos padrões prevaletentes nos cinquenta anos de industrialização voltada ao mercado interno superprotegido.

Não obstante, essa hipótese deveria ser testada à luz de um minucioso exame do ambiente institucional subjacente ao financiamento inflacionário dos déficits do tesouro e à participação do setor público estatal na arquitetura do sistema econômico, pela realização direta ou indução de investimentos privados, no transcorrer das diferentes etapas da industrialização brasileira.

Naqueles períodos, sobretudo no pós II Guerra Mundial – anos 50 e segunda metade da década 70 –,

independentemente da vertente política e/ou ideológica prevalecente, o país estava impregnado e mobilizado pela vontade e convicção de construção de uma base produtiva moderna, abrangente e integrada, capaz de ensejar a multiplicação das trocas internacionais intra-industriais.

A volatilidade atual dos mercados financeiros internacionais, determinada pelo estilo de financiamento do ajustamento dos países emergentes, centrado no ingresso de capitais especulativos de curto prazo, desautoriza apostas mais animadoras quanto ao afluxo de capitais externos (risco ou empréstimo). Ainda assim, pesquisa realizada pela empresa de consultoria norte-americana AT Kearney, junto às mil maiores organizações do mundo que representaram 70% do fluxo dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs) em 2002, denominada “Índice de Confiança de Investimentos Estrangeiros”, revela que o Brasil passou da 13ª para a 9ª posição entre os países mais atraentes para os investidores externos, em razão da recuperação da confiança internacional.

A lista dos dez países mais atraentes é encabeçada pela China, seguida por Estados Unidos, México, Polônia, Alemanha, Índia, Inglaterra, Rússia, Brasil e Espanha. No Brasil, os segmentos definidos como preferenciais para o direcionamento dos capitais pelas grandes corporações mundiais são o financeiro, os serviços, o varejista e os bens de capital. Mesmo com a avaliação positiva, a AT Kearney prevê queda dos IDEs para o país em 2003 em razão principalmente da desaceleração do crescimento da economia mundial.

Ao mesmo tempo, as chances de transformação dos superávits na balança comercial em cifras para investimentos revelam-se pouco prováveis em face da necessidade de reservas líquidas para pagamento do serviço da dívida externa e dos demais itens da conta de serviços, principalmente os montantes de lucros e dividendos remetidos pelas empresas subsidiárias das multinacionais para as suas matrizes, multiplicados com o recente processo de desnacionalização da economia brasileira.

Nesse ponto, não se deve descartar a quase inevitabilidade de exercício de controle dos fluxos de capitais, condição essencial ao equilíbrio de longo prazo da taxa de câmbio, à redução das pressões sobre as taxas de juros e ao ajuste permanente do balanço de pagamentos. O monitoramento poderia combinar a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na entrada, a imposição de restrições às operações do sistema financeiro nos mercados de câmbio, a fixação de prazos mínimos de permanência, dependendo da modalidade de aplicação, e o controle das remessas de valores pelas contas CC-5.

A título de exemplo, o Chile adotou o sistema de quarentena à entrada de capital estrangeiro por quase nove anos no transcorrer dos anos 90. O esquema começou em junho de 1991, compreendendo o bloqueio de 20% no Banco Central do valor do ingresso de qualquer novo empréstimo externo, por períodos que

oscilavam entre três meses e um ano. Essa operação ficou conhecida como “exigência de reserva não remunerada” (na moeda de origem dos contratos), ou *unremunerated reserve requirements* (URR). Em maio de 1992 ocorreu a elevação da parcela retida para 30% e a inclusão dos investimentos diretos estrangeiros no regime de controle. Em junho de 1998 a URR foi diminuída para 10% e eliminada em setembro daquele ano, curiosamente durante o auge do colapso russo.

Como resultado, a participação dos capitais de curto prazo, que possuem prazo de vencimento inferior a um ano, no total dos compromissos externos chilenos declinou de 19,4% em 1990 para 15,8% em 1995, 11,5% em 1996 e 4,8% em 1997. Isso conduz à argumentação de que, naquela economia, os fluxos de capitais especulativos foram gradativamente substituídos por aplicações de longa maturação, apostando no diferencial entre juros e câmbio (projetado), na taxa de retorno dos projetos e nos fundamentos macroeconômicos do país.

Voltando ao Brasil, é relevante levar em conta que a maneira submissa de inserção na hegemonia do dólar, nos anos 80, e na cartilha neoliberal, monitorada pelo FMI e pelo Banco Mundial, nos anos 90, condenou o país ao não crescimento econômico durante duas décadas e meia, em razão da impulsão das dívidas gêmeas externa e interna (com prazos de vencimento curtos) e das conseqüentes transferências líquidas de recursos reais ao exterior, proporcionadas por superávits comerciais entre 1981 e 1994, por câmbio sobrevalorizado de julho de 1994 a dezembro de 1998 e por saldos positivos nas contas fiscais primárias a partir de janeiro de 1999.

A engenharia financeira desse processo impôs a prática de juros reais bastante acima da média internacional para a rolagem dos títulos do governo, com liquidez e garantia de recompra, tornando esses papéis ativos de primeira linha. Com isso, o preço (juros) pago pela aplicação em títulos públicos representava o piso das operações de intermediação financeira, desestimulando as inversões produtivas e provocando a deturpação das funções básicas do sistema bancário. Aparentemente, não existe qualquer justificativa técnica plausível para o Brasil praticar juros reais básicos entre três e quatro vezes superiores ao de países com idêntica classificação de risco.

Parcela expressiva das aplicações realizadas nos fundos de curto prazo corresponde ou a recursos de residentes estrangeiros ou a haveres domésticos que poderiam estar alocados em ativos financeiros de maturação temporal mais longa

O mais gritante, porém, é que parcela expressiva das aplicações realizadas nos fundos de curto prazo, que hospedam os títulos do governo, corresponde ou a

recursos de residentes estrangeiros que apostam no prêmio de risco pago pelo País (20% superior ao dos EUA para aplicações semelhantes, por exemplo) ou a haveres domésticos que poderiam estar alocados em ativos financeiros de maturação temporal mais longa, como é o caso de ações ou mesmo de cadernetas de poupança, financiadoras da construção civil.

Vale sublinhar que o subsetor de construção amarga queda acumulada superior a 15% dos níveis de atividade desde 1999, mesmo incluindo a breve recuperação verificada em 2000, fruto dos efeitos multiplicados da queda do poder aquisitivo dos salários, da escassez de crédito, das restrições impostas aos orçamentos públicos e da ausência de políticas voltadas ao aprimoramento da infra-estrutura econômica e social do país.

Por esse prisma, afigura-se razoável examinar a possibilidade de rearranjo voluntário e/ou negociado dos títulos das carteiras dos intermediários financeiros, mediante a instituição de modalidades de aplicações de prazo mais longo, e estreitamente vinculadas a projetos integrantes do Programa Plurianual (PPA) - 2004-2007, prioritariamente as inversões em infra-estrutura (energia, transportes e armazenagem), com desdobramentos na geração de empregos.

A propósito da criação de postos de trabalho, pesquisa recente do IBGE constatou expansão de 112,0% no pessoal ocupado por pequenas e microempresas comerciais e de serviços entre 1985 e 2001, contra ampliação de 40% nas médias e grandes. Simultaneamente, a participação das pequenas e micro no total de estabelecimentos desses segmentos elevou-se de 95,5% em 1985 para 97,6% em 2001.

Mais precisamente, a proposta de reestruturação representaria uma conversão pactuada de parte da dívida pública em investimento, o que exigiria a sincronização de dois movimentos: o recuo estrutural dos juros de curto prazo e a elevação das remunerações dos papéis de longa maturação, autênticos mecanismos de distribuição de renda, perseguidos em algumas etapas dos governos Fernando Henrique Cardoso, mas abortados pelas crises externas.

Em paralelo deveria ocorrer a instituição de esquemas de financiamento de longo prazo da dívida pública, mediante o rearranjo dos mercados de títulos, debêntures etc., a disseminação de instrumentos prefixados e a definição de uma cultura de dispêndios do tesouro menos subordinada aos interesses imediatistas dos bancos e dos fundos de pensão. Seria adequado, também, o prosseguimento da conduta de redução da correção da dívida pública pela taxa de câmbio e pela taxa de juros Selic, praticada nos últimos meses, sob pena de maximização de sua subordinação aos desequilíbrios externos.

A instituição desses tipos de mecanismos poderia representar o núcleo de uma estratégia de restauração das bases de financiamento do resgate do crescimento econômico com inclusão social, transformando, ao mesmo

tempo, a dívida pública em um instrumento em favor da expansão, e o setor privado, de credor líquido do governo, em gerador de poupança para a concretização dos investimentos produtivos, substituindo até mesmo as funções tradicionalmente exercidas pelo Estado, com a ajuda da tributação, do endividamento público e da inflação.

Afinal, o preço do dinheiro de curto prazo deve ser composto apenas pela taxa de juros internacional acrescida da expectativa de desvalorização cambial e do risco país, representando a blindagem oferecida ao aplicador (externo e interno) contra a escalada de preços (doméstica e exógena). Nesse particular, o risco país considerado deveria incorporar a plena capacidade de pagamento da dívida pública, pois esta pode ser liquidada em moeda nacional e utilizada como instrumento de reserva de valor pelos agentes econômicos.

A esse respeito, não se deve perder de vista a inviabilização técnica e jurídica de um bloqueio de ativos financeiros como aquele verificado no começo dos anos 90. Conforme Lourenço:

O medo de repetição do episódio de retenção de haveres financeiros (poupança e outras aplicações), ocorrido no início do governo Collor, é completamente infundado, por dois motivos: inviabilidade técnica, dada a atual inexistência do problema que tal medida tentava resolver naquela época (a hiperinflação indexada); e entraves jurídicos, determinados pela Emenda Constitucional nº 32, sancionada em 11 de setembro de 2001, que, entre outras providências, impede o executivo de seqüestrar bens, poupança popular e/ou qualquer outro ativo financeiro pela instituição de medidas provisórias.¹

Evidentemente, tal alternativa não excluiria o emprego de mecanismos tradicionais de financiamento, inclusive aqueles praticados pelo BNDES, particularmente com os haveres do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), bem como a criação de mercados secundários, como o emprego dos recursos levantados pelos fundos de seguridade social, a serem criados com a reforma da previdência. Apenas em caráter de ilustração, os fundos de previdência complementar já acumulam montante de poupança financeira superior a R\$ 200,0 bilhões, o equivalente a 15% do PIB do país, e poderiam alavancar os segmentos de insumos básicos (siderurgia, papel, química, entre outros).

A mobilização desse tipo de poupança poderia ser maximizada com a busca do autofinanciamento para a expansão da capacidade produtiva das empresas, semelhante ao padrão mundial dos anos 40 até os anos 80 do século passado. É evidente que tal modalidade, por impor a multiplicação dos lucros, dependeria da redução dos custos fiscais e financeiros das empresas, que, por seu turno, requereria não só a redução da carga tributária como a mudança de seu perfil, excessivamente concentrado sobre os bens e serviços no Brasil (18% do PIB), contra 4,7% nos Estados Unidos, 5,0% no Japão e 12,0% na União Européia.

Nesses caminhos opcionais, o próprio BNDES vem examinando criteriosamente fórmulas para alavancar a capacidade de captação de recursos e de financiamento em infra-estrutura e em ramos com elevado coeficiente de geração de empregos, autênticos eixos de qualquer expansão sustentada. O Banco visa lançar um fundo específico lastreado em créditos a receber de concessionárias de serviços públicos e em ações de grandes empresas estatais e privadas, especialmente a Petrobras, a Vale do Rio Doce e a Eletrobras, que fazem parte da carteira do BNDESPar, subsidiária daquela instituição de fomento que abarca e gerencia suas participações societárias.

Na visão do Banco, “essas ações de primeira linha gerariam um colossal volume de recebíveis que poderiam ser utilizados como garantia dos contratos de financiamento aos projetos de infra-estrutura”², proporcionando recursos adicionais à modalidade de parceria público-privada (PPP), em gestação no Ministério do Planejamento e utilizada com sucesso, particularmente na ampliação das linhas de metrô no Reino Unido e na ampliação e modernização da malha rodoviária em Portugal, Grécia e Espanha.

A proposta das regras dessa articulação consta de um projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, que deve também ser submetido a ampla discussão em um fórum de entidades empresariais, especialmente quanto à definição do aparato de regulação e da repartição dos custos e benefícios entre as partes envolvidas, combinando possibilidades de remuneração via tarifas e suplementações orçamentárias originárias de fundos específicos, o que hoje é vedado pela lei de concessões.

A propósito, pela ótica institucional, as formas de realização de investimentos públicos são bastante restritas no país. Há apenas a lei de licitações, que determina a contratação da obra por até cinco anos, e a já mencionada lei de concessões, pela qual o setor público transfere à iniciativa privada a exploração do serviço, mediante a fixação de metas e a cobrança de tarifas.

A grande indagação reside no peso do montante de subsídios orçamentários implícitos nas PPPs para a garantia de rentabilidade mínima dos empreendimentos e sua propagação sobre o endividamento público. Isso é particularmente preocupante quando se considera o inevitável envolvimento de estados e municípios no processo. Tais instâncias encontram-se excessivamente endividadas e praticamente desprovidas de lastro real, principalmente depois do abalo sofrido pela credibilidade dos precatórios (dívidas judiciais), em face da aprovação de emenda constitucional, no ano de 2000, permitindo o seu refinanciamento por um período de dez anos.

Concretamente, as parcerias devem abarcar contratos de trinta anos, ficando a captação dos recursos e a implantação e administração das obras a cargo do setor privado. Lembre-se que dos quase R\$ 300,0 bilhões previstos para inversões em infra-estrutura no PPA – 2004-2007, mais de 10% devem ser cobertos pela

iniciativa privada. A esse respeito, os fundos de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal (Funccef) e da Petrobras (Petros) já manifestaram a disponibilidade de R\$ 4,5 bilhões para investimentos na forma de PPP.

Vale considerar, também, a vertente de disponibilização de crédito para inversões infra-estruturais e para empresas privadas, por parte do *Internacional Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial que, em 2002, forneceu linhas para financiamento às exportações brasileiras por meio dos Bancos Bradesco, Unibanco e BBA.

A importância dos empreendimentos infra-estruturais é maximizada também pela premência na restauração das bases de operação do Mercosul e na tentativa de viabilização de uma área de livre comércio que incorpore a comunidade Andina, o que abriria flancos para a obtenção de apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF).

Ao mesmo tempo, os bancos atuantes no Brasil poderiam perseguir a recuperação de suas duas funções convencionais, a saber: a captação de recursos dos segmentos líquidos e/ou superavitários do sistema e sua destinação aos ramos com demanda para giro e inversões, em troca da cobrança de taxas de intermediação; e o lançamento de novas modalidades de produtos no mercado financeiro.

Até porque, em um sistema como o brasileiro, no qual o montante de crédito bancário corresponde a apenas ¼ do Produto Interno Bruto (PIB), contra média mundial superior a 100%, as quedas nos juros tendem a apresentar repercussão limitada na atividade econômica, e especialmente no consumo e nos investimentos. É inegável que os elevados níveis de desemprego e a drástica queda da renda real dos trabalhadores, alocada apenas para dispêndios essenciais, comprimem de forma relevante os efeitos multiplicadores da diminuição do preço e do aumento da oferta de crédito sobre a demanda agregada. Não por acaso, as importações de bens de capital declinaram 21,0% nos sete primeiros meses de 2003 frente ao mesmo período de 2002.

Nos anos 80, “os bancos mantiveram posição nos sistemas financeiros da Europa continental porque souberam desenvolver novas atividades nos mercados financeiros. A gestão de ativos, a corretagem, a gestão de riscos, a intermediação nos mercados derivativos e a gestão dos fundos de investimento são atividades novas, que os bancos souberam conquistar e dominar”.³

A arquitetura de financiamento deve contemplar também a busca de retorno de fontes tradicionais, incluindo a flexibilização do rigoroso ajuste fiscal que vem comprometendo o dispêndio empresarial do Estado em segmentos estratégicos e no estímulo à inversão privada, sem promover redução no estoque da dívida pública. Tanto é assim que o país registrou superávit fiscal primário recorde de 5% do PIB nos primeiros sete meses de 2003 contra uma carga de juros de 10,2% do PIB.

*A arquitetura de financiamento
deve contemplar também a busca
de retorno de fontes tradicionais, incluindo
a flexibilização do rigoroso ajuste fiscal
que vem comprometendo o gasto
empresarial do Estado*

Por uma ótica estritamente macroeconômica, no Brasil atual, em vez de promover a diminuição criteriosa dos gastos públicos correntes e do déficit nominal, de modo a viabilizar investimentos com recursos próprios e a não sufocar a capacidade de geração de poupanças (e de investimentos) privadas, o governo vem optando por comprimir as inversões e gerar recursos fiscais líquidos para a cobertura dos juros da dívida, agravando os gargalos físicos ao crescimento.

A gestão econômica permanece presa à armadilha de perseguir o superávit primário, sinalizador da capacidade de pagamento da dívida, e não o superávit corrente, ou a poupança pública, indicador da capacidade de investimento público financiada pela arrecadação. Condizente com a trilha da austeridade, a carga tributária brasileira, ao redor de 36% do PIB, é praticamente igual à da Alemanha, mesmo com renda *per capita* quase dez vezes inferior.

Isso significa que parcela expressiva da dinâmica econômica do país, movida por salários e lucros, é afetada negativamente pela apropriação, por parte do setor público, de aproximadamente 40% do esforço produtivo da iniciativa privada, seja na forma de impostos seja na forma de juros para a rolagem da dívida, comprimindo a capacidade de consumo da população e as taxas de retorno dos projetos direcionados à produção.

Não por acidente, os mais recentes números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo IBGE, confirmam a compressão do mercado interno brasileiro. A renda total dos trabalhadores declinou 12,3% entre 1996 e 2002, enquanto o contingente de desempregados subiu de 4,4 milhões de pessoas em 1993 para 7,9 milhões em 2002.

Daí que o equacionamento do problema da escassa e pouco adequada disponibilidade de crédito no Brasil requer providências voltadas ao crescimento sustentado das condições de oferta que ultrapassem o âmbito das atitudes oficiais pontuais, como a criação de linha especial com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para o financiamento da compra de eletrodomésticos por pessoas físicas, e a concessão de crédito bancário para os trabalhadores em consignação de folha de pagamento (Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003).

Nesse contexto, deve ser encarado como providência emergencial o aumento do limite de uso dos recursos dos fundos de pensão para empréstimos a participantes (crédito pessoal) e o declínio de 12,0% a.a. para 11,0% a.a. nas taxas de juros de longo prazo (TJLP),

incidentes sobre financiamentos concedidos pelo BNDES por intermédio de algumas linhas, remuneradoras na captação do FAT, do PIS/Pasep e do Fundo da Marinha Mercante.

Não menos pontual foi a decisão oficial de disponibilizar cerca de R\$ 2,0 bilhões do BNDES para investimentos das operadoras do sistema ferroviário na compra de vagões e reformas de unidades nos próximos três anos, ampliando o prazo de financiamento de cinco para dez anos, com dois de carência, e diminuindo os juros de 6% para 4% ao ano, acrescidos da TJLP.

No que se refere às carências financeiras nessa área, a Associação Nacional de Transportadores Ferroviários (ANTF), organização composta pelos concessionários privados de serviços ferroviários que surgiram com a execução do Programa Nacional de Desestatização (PND), projeta necessidades de investimentos de R\$ 20,0 bilhões num horizonte temporal de dez anos, destinados à restauração da malha e da modernização do material rodante, especialmente locomotivas e vagões.

Tal segmento assume relevância estratégica quando se considera que o modal ferroviário absorve menos de ¼ do volume de carga transportado dentro do país e que, há duas décadas, a fronteira agrícola e agroindustrial vem se deslocando do Centro-Sul brasileiro em direção ao eixo Centro-Oeste-Norte-Nordeste, ocupando predominantemente os espaços de cerrados e exigindo a escolha e viabilização de alternativas de escoamento da produção por sistemas multimodais capazes de reduzir os custos de transporte.

Os argumentos favoráveis à multimodalidade, com ênfase para as ferrovias, podem ser corroborados, ainda, pelas dimensões continentais e pela característica de pulverização da base física de recursos do país, supridora das indústrias de bens intermediários. “É crescente a demanda por transporte ferroviário de outros setores que movimentam grandes volumes de cargas – como as indústrias siderúrgicas e cimenteira, entre outras – devido aos ganhos de eficiência das companhias ferroviárias.”⁴

*A derrubada do estilo de não crescimento
exige um conjunto de instrumentos
indutores e de coordenação dos
investimentos privados e públicos*

Em síntese, o rompimento do estilo de “não crescimento”, predominante nas últimas décadas no Brasil, exige um conjunto de instrumentos indutores e de coordenação dos investimentos privados e públicos. Para tanto, é crucial o desarme das incertezas no campo da regulação e o reordenamento dos mecanismos de financiamento, sincronizando as dinâmicas do mercado de capitais e do sistema bancário. Igualmente importante é o delineamento e execução de políticas industriais consistentes, por meio da escolha de ramos prioritários e dos instrumentos de ação e da definição dos recursos disponíveis e das regras do jogo.

Afinal, as escolhas estratégicas das empresas devem refletir as projeções de perenização da estabilidade monetária e de remoção dos obstáculos ao crescimento. Só assim será possível o delineamento de um novo padrão de acumulação, fruto da combinação entre ramos prioritários e formas de financiamento.

Do ângulo produtivo, o avanço dos investimentos em infra-estrutura e na criação de capacidade exportadora poderia representar o eixo de uma nova etapa expansiva, mediante o transbordamento dos efeitos multiplicadores nas cadeias produtivas (a montante e a jusante) mais articuladas ao mercado interno e contribuindo para a desobstrução dos gargalos em energia e transportes e a diminuição da vulnerabilidade das contas externas do Brasil.

A necessidade de integração de um país de dimensões continentais com seus parceiros comerciais torna o Brasil uma enorme plataforma para inversões infra-estruturais. As estimativas correntes convergem para cerca de US\$ 20,0 bilhões/ano nos próximos anos para a eliminação das carências nas áreas de energia, transporte e saneamento.

Por essa perspectiva, são pouco alentadores os cálculos da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) dando conta de que as inversões em infra-estrutura devem somar US\$ 8,0 bilhões em 2003, contra US\$ 14,3 bilhões em 2002, afetando de forma significativa o desempenho dos fabricantes de bens de capital sob encomenda, que depende quase que exclusivamente dos projetos pesados capitaneados pelo setor público, não podendo contar com a válvula de escape das exportações como compensação ao encolhimento da demanda interna, caso da produção de seriados.

Parece oportuno sublinhar, ainda, que o financiamento da retomada do crescimento exige a manutenção da trajetória ascendente dos superávits comerciais, a revitalização das condições macroeconômicas para a atração de investimentos diretos estrangeiros e, por extensão, a desdolarização da dívida pública e a multiplicação do estoque de reservas internacionais.

Como se observou, as reservas cambiais do país somam US\$ 18,0 bilhões, o que corresponde a menos de um terço do valor acumulado pela Rússia, recém-contemplada com a classificação baixo risco, os US\$ 70,0 bilhões da Índia, os US\$ 50,0 bilhões do México, os 40,0 bilhões da Tailândia e os US\$ 35,0 bilhões da Malásia.

Por enquanto, percebe-se grande otimismo nos mercados financeiros, ainda divorciado da trajetória dos indicadores da economia real. A euforia traduzida pela recuperação dos investimentos em bolsas e pela valorização dos papéis brasileiros no exterior, e reforçada com a reclassificação da Rússia pela agência *Moody's* para a categoria *investment grade*, definidora de reduzido risco, exprime elevada volatilidade ligada a situações produzidas pela dinâmica global que podem ser rapidamente revertidas.

A par disso, estudo do Serasa, empresa especializada em informações e análises para decisões de crédito, constatou elevação do indicador de inadimplência em 2003 (combinação entre cheques sem fundo, títulos protestados, atrasos nos cartões de crédito e débitos junto a financeiras). Entre janeiro e setembro do corrente ano, a inadimplência das pessoas físicas e jurídicas subiu 5,9% e 6,7%, respectivamente, em confronto com igual período de 2002. Também foram devolvidos 15,7 cheques por falta de fundos a cada mil emitidos contra 14,0 em idêntico intervalo do ano anterior.

Esses resultados comprovam a exaustão da capacidade de endividamento primário dos agentes econômicos, dadas a elevação dos encargos financeiros das operações a prazo e a queda da renda (salários e lucros). Assim, mesmo admitindo que a ampliação do crédito, em fase com a diminuição nos juros, poderia configurar uma antecipação de renda transformada em consumo ou investimento correntes, é lícito inferir o emprego desse expediente prioritariamente para a cobertura de passivos pretéritos, assumidos a custos mais elevados.

É interessante assinalar, ainda, que o Brasil caiu nove posições no *ranking* de competitividade internacional formulado pelo Fórum Econômico Mundial (organização independente sediada em Genebra, na Suíça), passando do 45º posto em 2002 (de um total de 80 países) para o 54º lugar em 2003 (de um universo de 102 países). Mesmo assim, se a pesquisa fosse realizada para os mesmos países de 2002, o Brasil teria ocupado o 52º posto.

A investigação do Fórum leva em conta o estágio de desenvolvimento de novas tecnologias, o estoque de infra-estrutura, a qualidade das instituições públicas, os impostos, a burocracia, a qualificação da mão-de-obra e o ambiente macroeconômico. Chama a atenção o fato de que, quando o Fórum contempla apenas a capacidade competitiva da iniciativa privada, o Brasil figura em 30º lugar, acima do Chile, México e China.

Embora os resultados econômicos tenham sido fortemente influenciados pela instabilidade provocada pelas incertezas eleitorais de 2002 e pelos equívocos cometidos na gestão FHC, a parcela institucional do índice já estaria refletindo a situação do primeiro semestre de 2003 – determinada pelo quadro administrado por um novo governo – a partir da identificação da percepção de quase 8 mil executivos de grandes organizações.

Por fim, estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que a produtividade do trabalhador brasileiro estaria abaixo da observada em países do Primeiro Mundo e até em nações da América Latina, como a Colômbia. De acordo com a OIT, o faturamento por trabalhador era de US\$ 33,0, no Brasil, contra US\$ 134,0 nos Estados Unidos, no exercício de 2000, diferença imputada à ausência de políticas estruturais (sociais e em ciência e tecnologia) e aos

reflexos das políticas monetária e fiscal restritivas nos níveis de atividade econômica.

Não se deve perder de vista que o governo Lula ostenta enorme credibilidade junto à sociedade brasileira para engendrar providências visando à eliminação das distorções que provocaram tais

resultados. As pesquisas de opinião enfatizam que a atual administração conta com a aprovação de expressiva parcela da população em razão do êxito no controle da inflação, apesar dos efeitos deletérios sobre as variáveis emprego e produção. Caberia aproveitar essa sinalização positiva e lançar as bases do esperado projeto de crescimento.

NOTAS

¹Os autores agradecem as críticas e comentários de Daniel Nojima, economista, e de Jorge Sebastião de Bem, sociólogo, respectivamente coordenador e técnico do Núcleo de Estudos da Base Produtiva e do Desenvolvimento Regional do IPARDES.

²LOURENÇO, Gilmar Mendes. A orientação econômica do governo Lula. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.24, n.9-10, p.5, set./out. 2002.

³ALAVANCAS para financiamento da infra-estrutura. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 set. 2003. Caderno Opinião, p. A3.

⁴FLEURIET, Michel. O sistema financeiro e o desenvolvimento nacional. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 ago. 2003. p.A4.

⁵A ATUALIZAÇÃO das ferrovias brasileiras. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 9 out. 2003. Caderno Opinião, p. A3.

O custo país e o protecionismo

João Paulo de Almeida Magalhães*

Países como os Estados Unidos, Japão e Alemanha se industrializaram, a partir do século XIX, com base em políticas protecionistas de grande amplitude. Em teoria econômica o protecionismo foi justificado por trabalhos como os de List e Prebisch. A *mainstream economics* continua a aceitar que as economias, nas primeiras etapas do seu crescimento, registram custos mais elevados que aquelas plenamente desenvolvidas, o que, em princípio, poderia ser utilizado para justificar medidas protecionistas para suas atividades econômicas. Isso seria, contudo, um *second best* em relação ao *first best*, que consiste em atacar diretamente esses altos custos. Ou seja, o correto seria eliminar o custo país (custo Brasil, em nosso caso) e não adotar medidas protecionistas. O objetivo deste artigo é mostrar que a insistência no custo país é mais uma tentativa de evitar que as economias retardatárias lancem mão do único instrumento, possivelmente, capaz de garantir a eliminação do seu atraso econômico.

Colocar a questão em termos de custo Brasil significa supor que estamos diante de distorções suscetíveis de serem corrigidas em curto prazo e através de medidas pontuais ou do que costuma ser chamado de políticas verticais, no sentido de serem concernentes a um único setor. Discordando dessa posição, afirmamos que o custo Brasil, na sua parcela mais importante, não resulta de distorções em setores específicos, mas é consequência direta e normal do subdesenvolvimento, o que lhe confere caráter sistêmico, a possibilidade de ser corrigido somente a longo prazo e mediante políticas econômicas de tipo horizontal. Na prática, a solução é mesmo protecionismo.

O texto também tem a intenção de aprofundar a questão, distinguindo dois tipos de custo Brasil: um que chamaremos de tipo A, decorrente de distorções setoriais, e outro, de tipo B, ligado ao próprio fato do subdesenvolvimento. Esses custos podem ser atacados de forma direta, através de medidas destinadas a eliminar as distorções responsáveis por eles, ou ser enfrentados por meio de medidas que, ao compensá-los, evitam seu impacto negativo sobre a economia. O instrumento, nesse segundo caso, é o protecionismo implementado com base em tarifas, medidas administrativas ou subsídios.

O custo Brasil do tipo A é ilustrado pelo problema dos portos brasileiros, cujos custos são onerados pelos privilégios concedidos à mão-de-obra, privilégios nascidos de condições passadas não mais válidas no

presente. Nesse caso, o ataque direto ao problema é recomendável. Ele pode, de fato, ser eliminado a curto prazo, através de medidas pontuais do tipo vertical, sem grande custo, e de aplicação relativamente simples. A legislação pertinente inclusive já existe, enfrentando somente dificuldades políticas para sua implementação.

As consequências dessa distorção poderiam igualmente ser eliminadas mediante subsídios, eventualmente combinados com tarifas aduaneiras. O resultado desse tipo de política, no caso do custo tipo A, seria, contudo, perpetuar a distorção representada por ele. O ataque direto, dentro da mais estrita lógica econômica, é, assim, o único que deve ser considerado.

O exemplo acima poderia ser multiplicado mediante um sem número de outros custos do tipo A, todos eles suscetíveis de serem corrigidos a curto prazo, por meio de medidas pontuais, de baixo custo e relativa simplicidade. Nesse caso, a importância concedida a medidas diretas, com a condenação do protecionismo, se justifica. Ocorre que existe o custo de tipo B, bem mais importante e geral, e que apresenta problema completamente diverso.

A título de exemplo examinaremos, a seguir, três casos de custo país do tipo B propostos por Corden juntamente com as alternativas oferecidas ao protecionismo.

O primeiro é o de firma (ou grupo de firmas) “nascente”, que deve passar por um período de aprendizado, exigindo grandes investimentos em capital humano. O mercado de capitais dos países subdesenvolvidos cobra juros altos, porque é imperfeito e tem preconceito contra investimentos de resultados invisíveis. A empresa não pode, portanto, recorrer a ele. Nesse caso, segundo Corden, o *first best* seria aperfeiçoar o mercado de capitais e não partir para medidas protecionistas. O segundo caso é de empresa nascente que se vê obrigada a investir em formação de mão-de-obra que não pode reter, perdendo, assim, os gastos correspondentes. Para Corden, o *first best* seria os trabalhadores aceitarem salários menores e

*Bacharel em Direito, Doutor em Economia pela Universidade de Paris I, Professor Titular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, autor do livro *Brasil Século XXI: uma alternativa ao neoliberalismo*, editora Paz e Terra, São Paulo, 2000. Coordenador da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

se financiarem através da tomada de empréstimos. O *second best* consistiria em subsidiar a formação de mão-de-obra. O protecionismo não iria além de um *third best*. O terceiro caso é o de empresa gerando novos conhecimentos, que se difundem pelo mercado sem ganho direto para ela. O *first best* seria subsídio para a criação de conhecimento novo.

Krugman refere-se aos problemas assinalados por Corden em termos de “falhas de mercado”. Reconhece que são particularmente grandes em países menos desenvolvidos e que podem ser usadas como argumento em favor do protecionismo. Seguindo a linha da *mainstream economics*, afirma, porém, ser preferível ataque direto a cada uma das deficiências de mercado identificadas. Este seria, assim, o *first best*.

Ora, a análise, mesmo elementar, de economias retardatárias, permite afirmar que um mercado de capitais capaz de atender à proposta de Corden somente surgirá quando o país atingir o pleno desenvolvimento. A sugestão de tomada de empréstimos por trabalhadores, para financiar seu treinamento, é quase surrealista em economias retardatárias. Quanto aos subsídios para empresas que treinam mão-de-obra ou difundem conhecimento, eles seriam, pelo menos, extremamente difíceis de ser financiados e administrados em países de recursos públicos escassos e necessidades de alta prioridade não atendidas. No caso deles, a única solução realista consiste, desse modo, no protecionismo, ou, mais especificamente, em tarifas aduaneiras, que cobrem automaticamente os três casos acima; não elevam despesas públicas; e evitam políticas econômicas de grande variedade e complexidade, dificilmente à altura da capacidade administrativa de países subdesenvolvidos. Ou seja, para todos os efeitos práticos as análises de List e Prebisch permanecem de pé.

No que se refere a Krugman, cumpre assinalar que as “falhas de mercado”, cuja existência ele reconhece, constituem resultado direto do próprio subdesenvolvimento. Elas não afetam apenas setores específicos, mas toda a economia. Sistemas de transporte precários, comunicações deficientes, mão-de-obra de baixo nível de escolaridade, mercado de capitais diminutos e mal-organizados, são situações típicas das economias retardatárias, representando falhas de mercado que atingem todos os segmentos da economia. Devem, assim, ser atacadas em conjunto e não através de medidas pontuais. A solução óbvia para elas, e única de implantação possível nos países subdesenvolvidos, é, portanto, o protecionismo.

A proposta dos dois autores faz lembrar uma crítica recente ao comportamento dos economistas, segundo a qual eles deveriam voltar a raciocinar sobre a economia não como ciência pura, mas como ciência

aplicada. Ou seja, deveriam voltar à economia **política**. Isto significa que não é função dos economistas indicar soluções tecnicamente corretas, mas concretamente inexecutáveis, trancando-se, em seguida, em suas torres de marfim e passando a acusar os políticos de terem, irresponsavelmente, ignorado suas sugestões. A proposta de abandonar um realista protecionismo (e de eficácia largamente comprovada) e adotar um sem número de difíceis soluções, supostamente *first best*, constitui excelente exemplo da distorção que está em raciocinar não em termos de economia política, mas de economia pura.

Além disso, é curioso assinalar que mesmo os países desenvolvidos relutam em procurar *first best*. Krugman, referindo-se às providências do governo americano para defender sua indústria automobilística da concorrência japonesa, afirma que o *first best* seria subsídio às montadoras. No entanto, o que realmente se fez foi impor, ao Japão, corte nas suas exportações de veículos para os Estados Unidos. Ou seja, optou por um *second best* consistente na imposição de quotas à exportação japonesa. E seria necessário lembrar que, na doutrina dos organismos internacionais, se as tarifas aduaneiras ainda são toleradas as quotas recebem irrestrita condenação?

Em suma, no caso de custo Brasil estamos diante de problemas de caráter sistêmico (atingindo a totalidade prática das empresas), insuscetíveis de serem resolvidos a curto prazo (só desaparecerão com o pleno desenvolvimento); e de correção direta exigindo grandes dispêndios (subsídios para compensar as deseconomias e a inadequação do mercado de capitais), além de ser extremamente complexa (dependendo, por exemplo, da exata mensuração das deseconomias externas ocorridas em cada caso). Trata-se, portanto, de alguma coisa completamente diversa do custo Brasil de tipo A.

Os custos do tipo B são inerentes à própria condição de subdesenvolvimento. Qualquer tentativa de atacá-los diretamente será inócua porque só desaparecerão quando houver sido corrigido o atraso econômico do país. Assim, a única solução é compensá-los por meio de medidas protecionistas, do tipo tarifas aduaneiras ou subsídios, pelos menos enquanto o pleno desenvolvimento não levar à automática eliminação desse tipo de custo.

A *mainstream economics*, sempre atenta aos interesses dos países desenvolvidos, iguala propositalmente o custo tipo B ao tipo A, como forma de condenar o protecionismo. No caso em espécie, estamos não somente diante de erro fundamental, como do curioso resultado de que, ao propor o ataque direto aos custos de tipo B, com exclusão do protecionismo, está-se garantindo a perpetuação do mesmo (e do subdesenvolvimento).

REFERÊNCIAS

CORDEN, W. M. The normative theory of international trade In: JONES, R. W.; KENEN, P. K. (Org.). **Handbook of international economics**. Amsterdam: North Holland, 1988.

KRUGMAN, P. **Économie internationale**. Bruxelas: De Boeck Université, 1995.

Política fiscal: resultados e perspectivas¹

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Passados dez meses da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não há mais dúvidas quanto à opção da equipe econômica pelo rígido controle das contas públicas, dando continuidade à política fiscal do governo anterior. Tanto é assim que o superávit primário do setor público atingiu R\$ 57,08 bilhões no acumulado dos nove primeiros meses deste ano, valor equivalente a 5,08% do PIB, superando a meta de 4,25% do PIB fixada para o exercício econômico de 2003.

Como se sabe, o setor público vem registrando superávits elevados no resultado primário desde 1999, quando a mudança no regime cambial, decorrente da retração dos fluxos financeiros externos, levou à adoção de uma política monetária ainda mais restritiva ao crescimento econômico e ao aprofundamento das medidas voltadas ao ajuste das finanças públicas, com a reavaliação das metas fiscais do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1998. Em consequência, a diferença entre a receita total e a despesa não financeira do setor público alcançou uma cifra correspondente a 3,19% do PIB no ano de 1999, subindo para 3,46% em 2000, 3,64% em 2001 e 3,96% em 2002, resultados que se contrapõem aos déficits contabilizados na primeira fase do Plano Real (tabela 1).

No entanto, os superávits primários registrados nos últimos anos não garantiram a diminuição do endividamento público, dado o estreito vínculo entre a dinâmica da dívida e o comportamento de algumas variáveis econômicas, mais precisamente câmbio e juros. Em outras palavras, a depreciação do real e os elevados patamares dos juros neutralizaram os superávits primários como instrumento de redução efetiva dos passivos do setor público, demonstrando que o efeito redutor dos esforços fiscais sobre a dívida está condicionado, entre outros fatores, à estabilidade macroeconômica.

Prova disso é que a Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (DLSP) manteve-se estável em 2000, refletindo a queda de 19% para 15,75% da taxa Selic – num ano em que o IPCA ficou abaixo de 6% – e a apreciação de apenas 8,57% da moeda norte-americana. Adicionalmente, deve-se considerar que a economia brasileira cresceu 4,36% no referido exercício, a maior taxa do período 1995-2002, o que contribuiu para a estabilização da relação dívida/PIB em um patamar inferior a 50%, interrompendo por um curto intervalo a trajetória ascendente do endividamento público iniciada em meados dos anos 90.

TABELA 1 - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO E DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - 1995-2003

ANO	NFSP (% PIB)			DLSP (% PIB) ⁽¹⁾
	Resultado Primário	Juros Nominais	Resultado Nominal	
1995	-0,27	7,54	7,28	30,56
1996	0,08	5,78	5,87	33,28
1997	0,95	5,16	6,11	34,35
1998	-0,01	7,94	7,93	41,71
1999	-3,19	13,20	9,98	48,68
2000	-3,46	7,94	4,48	48,78
2001	-3,64	8,80	5,16	52,57
2002	-3,96	14,43	10,46	56,53
2003 ⁽²⁾	-4,91	8,16	3,25	57,74

FONTE: Banco Central do Brasil

(1) De 1995 a 2002, refere-se à posição no mês de dezembro. No ano de 2003, refere-se ao resultado relativo a agosto.

(2) Em 2003, os juros nominais e os resultados primário e nominal referem-se ao acumulado no período janeiro-agosto.

*Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

Em contrapartida, a DLSP registrou aumento significativo no ano de 1998, como reflexo de uma política monetária voltada à manutenção do financiamento externo e à consequente contenção dos ataques à moeda nacional, na tentativa de preservar o sistema de bandas cambiais. Em outubro daquele ano, devido aos desdobramentos da crise russa, a taxa Selic foi elevada de 19,75% para cerca de 40% ao ano, contribuindo sobremaneira para a ascensão da DLSP, que atingiu a marca de 41,71% do PIB em dezembro de 1998, mais de sete pontos percentuais acima do resultado referente ao último mês do ano anterior.

Posteriormente, a dívida pública voltou a apresentar grandes saltos, subindo sete pontos percentuais em 1999 e quase quatro pontos percentuais em 2001 e 2002. Nos anos de 1999 e 2002, a despeito das taxas de redesconto menores que as do final de 1998, a DLSP sofreu o impacto das fortes desvalorizações do real, que atingiram 48,12% e 53,18%, respectivamente, considerando as cotações da moeda norte-americana no primeiro e no último dias úteis dos referidos anos.

Para evidenciar ainda mais a influência do dólar e dos juros, o fator cambial foi responsável por uma elevação da DLSP da ordem de 18,5 pontos percentuais no acumulado do período 1995-2002, enquanto os juros nominais contribuíram com exorbitantes 35,6 pontos percentuais. Além dessas duas variáveis, pode-se destacar a influência do reconhecimento de dívidas passadas, conhecidas como “esqueletos”, uma vez que a incorporação desses passivos levou a um aumento da dívida pública líquida de 6,2 pontos percentuais nos últimos oito anos. Por outro lado, o crescimento econômico, os superávits primários e as privatizações tiveram efeito inverso ao dos fatores expansionistas acima citados, evitando uma ascensão ainda maior da relação DLSP/PIB (tabela 2).

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA DLSP, SEGUNDO FATORES CONDICIONANTES, NO ACUMULADO DO PERÍODO 1995-2002

FATOR	VARIAÇÃO (% PIB)
Resultado primário	-10,1
Juros nominais	35,6
Juros reais	19,5
Correção monetária	16,2
Ajuste cambial	18,5
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	9,7
Dívida externa	8,8
Reconhecimento de dívidas	6,2
Privatizações	-4,1
Crescimento nominal do PIB	-20,3
EVOLUÇÃO DA DLSP	25,9

FONTE: Banco Central do Brasil

Diante disso, fica clara a necessidade de mudanças na composição da dívida, com a ampliação da participação dos títulos atrelados a índices de preços ou prefixados, reduzindo, desse modo, a vulnerabilidade

das contas públicas em relação às medidas econômicas para o controle de eventuais pressões inflacionárias. Obviamente, deve-se levar em conta que as mudanças desejáveis na composição da dívida pública dependem de expectativas otimistas do mercado com relação aos rumos da economia e à capacidade do setor público de honrar seus compromissos futuros, com o afastamento de qualquer possibilidade de imposição de alterações na remuneração dos papéis, que redundaram em perdas aos investidores no passado e que até hoje dificultam a colocação de determinados títulos, principalmente os de longo prazo, dadas as desconfiças do mercado.

As dificuldades para a promoção de modificações profundas na estrutura do endividamento público ficam claras quando se observa a evolução da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), desagregada por indexador. Apesar da maior previsibilidade econômica derivada da estabilização, os títulos prefixados representaram apenas 9,05% do estoque da DPMFi em setembro de 2003 (tabela 3), acima dos percentuais contabilizados nos quinze meses anteriores, mas ficando abaixo, por exemplo, das participações registradas ao longo de 2000, ano marcado por um quadro econômico razoavelmente favorável. Segundo dados do Tesouro Nacional, atualmente a participação dos papéis prefixados na DPMFi supera apenas a parcela referente aos títulos remunerados pela TR, sendo suplantada pelas participações dos papéis atrelados à taxa Selic (64,34%), aos índices de preços (12,91%) e ao câmbio (11,87%).

Por isso, considerando as restrições dos investidores aos títulos prefixados, conclui-se que as medidas destinadas a promover mudanças na composição da DPMFi devem priorizar também a colocação de papéis com remuneração pelos índices de preços, o que já reduziria as pressões sobre a dívida derivadas da elevação dos juros, em eventuais saltos da inflação, estabelecendo uma maior sintonia entre a política monetária e o controle do endividamento do setor público.

Em paralelo, completando as mudanças no perfil da dívida, são necessárias ações para o alongamento do prazo da DPMFi. Nesse sentido, nota-se que o prazo médio da dívida mobiliária federal vem declinando sensivelmente no período recente, atingindo 31,2 meses na posição relativa a setembro de 2003, o menor intervalo desde janeiro de 2001, o que indica baixa demanda por títulos de longo prazo.

Em resumo, o equilíbrio das contas públicas passa necessariamente pela mudança no perfil da dívida, pela obtenção de superávits primários e pela estabilidade econômica, além de taxas de crescimento do PIB superiores às registradas nos últimos anos. Aliás, alguns estudos demonstram que, em um cenário de queda gradual da taxa de juros real, razoável estabilidade do câmbio, redução do reconhecimento de passivos contingentes, crescimento do PIB acima da média do período 1995-2002 e superávits primários próximos dos verificados nos últimos quatro anos, a dívida pública pode retornar a patamares aceitáveis no longo prazo.

TABELA 3 - COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM PODER DO PÚBLICO, POR TIPO DE RENTABILIDADE - 1999-2003

MÊS	INDEXADOR (%)					
	Prefixada	Taxa Selic	Índices de Preços	Câmbio	TR	Outros
Dezembro/1999	9,00	57,02	5,58	22,82	5,43	0,15
Dezembro/2000	14,76	52,24	5,94	22,27	4,71	0,07
Dezembro/2001	7,82	52,79	6,99	28,61	3,77	0,02
Dezembro/2002	2,19	60,83	12,54	22,38	2,05	0,01
Janeiro/2003	1,91	62,42	12,47	21,18	2,02	0,01
Fevereiro/2003	1,98	62,65	12,75	20,60	2,00	0,01
Março/2003	2,41	63,93	12,95	18,71	2,00	0,01
Abril/2003	1,91	67,68	13,28	15,09	2,03	0,01
Mai/2003	3,27	67,20	13,08	14,43	2,01	0,01
Junho/2003	4,48	67,19	12,83	13,49	2,01	0,00
Julho/2003	6,31	66,19	12,52	13,01	1,97	0,00
Agosto/2003	7,42	65,54	12,56	12,63	1,85	0,00
Setembro/2003	9,05	64,34	12,91	11,87	1,83	0,00

FONTES: Tesouro Nacional

O problema está no fato de que a sustentabilidade dos superávits no resultado primário é incerta, dependendo da disposição do governo de elevar a carga tributária ou promover alterações na estrutura da despesa do setor público. Tendo como referência o andamento da reforma tributária, a primeira opção parece ser a mais provável, o que confirmaria a continuidade do modelo de ajuste fiscal adotado pelo governo anterior, baseado quase que exclusivamente no aumento das receitas.

Fazendo-se uma comparação, a carga tributária brasileira, atualmente em torno de 37%, supera a relação receita fiscal/PIB de países como o México (18,5%), Argentina (21,2%) e Chile (19,3%), sendo inferior apenas à dos países que se destacam pela diversidade e qualidade dos serviços públicos disponibilizados, como a Suécia (54,2%), Dinamarca (48,8%) e Bélgica

(45,6%). Com a incorporação do déficit nominal à carga tributária, atingiu-se a expressiva marca de 47% do PIB em 2002, ou seja, a manutenção do Estado brasileiro absorveu recursos equivalentes a quase metade da renda nacional.

A outra opção para a sustentabilidade dos superávits primários nos próximos anos é representada pela reestruturação das despesas dos governos, com ênfase na diminuição das restrições derivadas da excessiva vinculação de receitas a despesas específicas, condição que vem impondo limites aos gastos governamentais não protegidos, principalmente aos investimentos em infra-estrutura. Mais precisamente, as mudanças estruturais nos gastos públicos devem contemplar a redução dos mecanismos de indexação de determinadas despesas, vinculadas, por exemplo, à evolução nominal do PIB ou ao aumento do salário mínimo.

NOTA

¹O autor agradece as sugestões e comentários de Daniel Nojima, economista, coordenador do Núcleo de Estudos da Base Produtiva e do Desenvolvimento Regional do IPARDES.

A interminável guerra fiscal¹

Gilmar Mendes Lourenço*

A gênese da guerra fiscal no Brasil repousa no caráter estadual e na cobrança na origem do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a principal fonte de arrecadação das unidades federativas e dos municípios, diferentemente da federalização e do recolhimento no destino do imposto sobre o valor agregado praticado especialmente nos países europeus, referência do tributo brasileiro.

Na década de 60, em sua primeira versão, as regras e alíquotas do ICM eram fixadas pela União, sendo praticamente vedada a concessão de incentivos a partir de 1975. Todavia, desde a promulgação da Constituição de 1988, em face do alargamento da base de arrecadação com a inclusão de itens de serviços, os estados conquistaram enorme autonomia fiscal.

O ápice dos embates aconteceu na segunda metade da década de 90, quando a proliferação de incentivos fiscais, somada aos efeitos da conjugação entre estabilidade monetária e abertura da economia, provocou o retorno acelerado de uma tendência de rearrumação inter-regional dos fluxos de novos investimentos produtivos no país.

Em outros termos, fatores econômicos, acrescidos de vantagens fiscais, físicas e financeiras, disponibilizadas por várias administrações estaduais, explicam o avanço da fronteira agrícola-mineral para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste e o deslocamento do crescimento industrial na direção do Centro-Sul do Brasil. Porém, as renúncias fiscais federais e estaduais foram determinantes na viabilização de parcela expressiva da industrialização recente de determinados espaços geográficos do país, caso do pólo automobilístico baiano, desprovido de mão-de-obra qualificada e de adequada infra-estrutura física e científica e tecnológica e com reduzida escala de consumo e de suprimento de matérias-primas, peças e partes.

Nesse contexto, o projeto de reforma tributária, lançado pelo governo Lula em 2003, com apoio inicial dos governadores, tinha como finalidades, entre outras, a simplificação do sistema de impostos, a diminuição dos encargos incidentes sobre as variáveis investimento, produção e exportação, e a eliminação das chances de prosseguimento da guerra fiscal no Brasil, ainda que a intenção de unificação de alíquotas permitisse prever potencial elevação de carga tributária.

As alterações do projeto de reforma tributária realizadas pelo Congresso Nacional provocaram o ressurgimento da competição entre os estados brasileiros na atração de investimentos

Por mais paradoxal que possa parecer, o esboço de reforma acabou conduzindo a resultados diametralmente opostos, fazendo ressurgir a competição entre os estados brasileiros na atração de investimentos. Diga-se de passagem, o certame de oferta de vantagens fiscais e financeiras à implantação ou expansão de empreendimentos havia enfraquecido desde o episódio que envolveu a transferência do empreendimento da multinacional automobilística Ford do Rio Grande do Sul para a Bahia, por conta da agudização da tendência recessiva no país, depois da combinação entre a brusca desaceleração da economia mundial e a eclosão da crise de energia elétrica no Brasil.

Na verdade, uma brecha na proposta da reforma, alterada na Câmara dos Deputados, incorporando a emenda que estabeleceu o dia 30 de setembro de 2003 como data-limite para a aprovação de novos programas de incentivos fiscais prorrogáveis legalmente por onze anos, provocou uma verdadeira corrida contra o tempo por parte dos governos estaduais na direção da instituição de novas vantagens fiscais. Tal operação deve provocar, conforme cálculos do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), aumento de 20% na renúncia fiscal do ICMS no período em pauta, o que corresponderia a aproximadamente R\$ 30,0 bilhões.

Um breve exame dos incentivos ofertados até o final de setembro permite verificar a aprovação de 23 projetos no Estado do Rio de Janeiro, sendo que dois deles prevêem financiamentos de R\$ 2,52 bilhões à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na forma de crédito para pagamento do ICMS incremental. No entanto, o incentivo mais contundente abrangeu a desoneração das atividades portuárias para empresas sediadas no Estado.

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Na mesma balada, o governo de Pernambuco aprovou a concessão de incentivos a 150 projetos, sendo R\$ 525,0 a CSN para a implantação de uma fábrica de laminados que deve ocupar menos de 250 pessoas. Mato Grosso do Sul prorrogou benefícios para 179 empresas por dez anos; o Rio Grande do Sul anunciou a possibilidade de retenção de 75% do ICMS por oito anos, por parte de 91 empresas, e restabeleceu os incentivos concedidos à General Motors em 1997, no caso de expansão da planta de Gravataí; a Paraíba anunciou benesses para 100 projetos; a Bahia incentivou 40 empresas; Goiás, 200; Mato Grosso, 15; e Alagoas, 30 empresas.

Minas Gerais acabou aderindo à disputa, alegando a adoção de uma estratégia preventiva de proteção de cerca de 90 empresas que funcionam no Estado, que estariam sendo assediadas por governos de outras unidades, e outros 138 potenciais investidores. Para tanto, o governo mineiro instituiu três decretos, contendo: i) redução da alíquota do ICMS de 18,0% para 3,5% para produtores de mais de 140 produtos eletrônicos; ii) isenção do ICMS do leite nas transações internas e diminuição para 1,0% nas operações interestaduais (antes entre 7,0% e 12,0%); iii) diminuição entre 70% e 50% do valor a ser recolhido em ICMS pelas atividades de industrialização de sucos, polpas e extratos concentrados de frutas; e iv) isenção do ICMS de energia para os projetos de irrigação no norte e nordeste do Estado, com redução de 18,0% para 12,0% nas demais áreas.

Sob o argumento de integrarem um arranjo de federalismo fiscal, regido por um imposto estadual, os estados procuram utilizar a gerência do ICMS como uma arma de competição regional, de forma a compensar as desvantagens competitivas à implantação de projetos industriais em seus territórios, abrindo mão de receita potencial, em um cenário de carência de uma consistente estratégia nacional de desenvolvimento regional e de persistência de pesado fardo tributário onerando a operação das empresas atuantes no país.

Mas, a volta da farra dos incentivos contradiz a retórica ou postura dos executivos estaduais contra pontos da reforma tributária que ocasionariam perdas de receita, particularmente a cobrança do ICMS na origem ou destino e a desoneração das exportações. Curiosamente, a negociação do Fundo de Desenvolvimento Regional objetivava criar condições para a instalação de atividades nos espaços econômicos menos desenvolvidos do país.

Rigorosamente, surgem dúvidas quanto à eficácia do emprego dos instrumentos fiscais para o crescimento econômico de estados e regiões deprimidos, ou ao menos

retardatárias no processo de industrialização. Há alguns aspectos implícitos na guerra fiscal que precisariam ser melhor compreendidos.

Em vários casos, o impacto multiplicador dinâmico para frente ou para trás dos investimentos, que compensaria o sacrifício transitório de arrecadação, não se concretiza dentro dos limites geográficos do território estadual. Isto é especialmente verdadeiro em um ambiente de globalização das cadeias produtivas, no qual os próprios incentivos assumem importância secundária no roteiro de critérios preferenciais definido pelas empresas, sobretudo pelas grandes corporações multinacionais, para a escolha da macro e microlocalização dos projetos.

O que conta no exercício de tomada de decisão locacional das companhias é a combinação de um conjunto de fatores, com ênfase para a infra-estrutura (física e científica e tecnológica), a qualificação de mão-de-obra, as preocupações com o meio ambiente e o clima favorável à multiplicação dos negócios. Diante disso, parece razoável supor que as empresas poderiam eleger o mesmo local, ainda que na falta dos incentivos.

Outro ponto a ser considerado corresponde à solvência das unidades federadas. A maioria renegociou a dívida global com a União por trinta anos, cujo serviço compromete cerca de 13% da arrecadação, diminuindo a capacidade de realização de gastos sociais e obras públicas. Há também que atentar para a absoluta ausência de isonomia competitiva, com a vigência da guerra fiscal, ocasionando distorções de mercado, na medida em que empresas novas acabam por receber um tratamento fiscal privilegiado.

Por fim, a conta dos incentivos acaba sendo inevitavelmente coberta por toda a sociedade, quer na forma de elevação da carga tributária, quer mediante a compressão da prestação ou da qualidade dos serviços básicos nas áreas de educação, saúde e saneamento. Isso porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, vigente desde o ano de 2000, prevê cortes de dispêndios públicos ou criação de novos impostos, quando da falta de fontes de arrecadação para suportar as renúncias fiscais.

Assim, a única forma de eliminação dos prejuízos adicionais derivados da intensificação da guerra fiscal, por meio das recentes manobras dos estados, seria o Senado da República promover a regressão da data-limite para postergação dos estímulos vigentes para o mês de abril, quando o projeto de reforma foi encaminhado ao Congresso Nacional, o que cancelaria de pronto os incentivos concedidos de maneira apressada às empresas.

NOTA

¹O autor agradece as críticas e sugestões encaminhadas por Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, economista, técnico do IPARDES, atual Secretário de Finanças do Município de Quatro Barras.

Economia paranaense: a conjuntura de 2003¹

Gilmar Mendes Lourenço*

Os mercados de risco vêm evidenciando uma rápida capacidade de resposta ao êxito da política macroeconômica na neutralização das pressões inflacionárias e na recuperação da confiança dos investidores externos na solvência do país. Esse movimento é retratado na estabilização da taxa de câmbio, na queda do risco Brasil, na valorização dos C-Bonds e na impulsão da valorização do mercado acionário. A despeito dos sinais promissores emitidos pela órbita financeira, o lado real da economia permanece confirmando a ocorrência de uma retração dos níveis de atividade no primeiro semestre de 2003 e sugerindo um quadro de lenta saída da recessão no terceiro trimestre do ano.

Isso pode ser comprovado pelo decréscimo de 0,5% da produção industrial brasileira acumulada entre janeiro e agosto de 2003 em confronto com idêntico período de 2002. A classe de transformação declinou 0,8%, tendo como destaque positivo a expansão da mecânica (9,1%), ligada à ampliação da renda do setor rural, atribuída aos impactos da combinação entre a desvalorização cambial de 2002 e a reação dos preços internacionais das *commodities*.

A maior queda ocorreu no ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (14,8%), em razão do encolhimento do mercado interno com o declínio da massa de rendimentos, por conta da elevação do desemprego e da diminuição dos salários reais em face da escalada inflacionária verificada no segundo semestre de 2002 e no início de 2003.

Uma observação atenta do comportamento da produção industrial brasileira por categorias de uso dos produtos demonstra declínio generalizado dos segmentos atrelados à demanda interna, prejudicados pela conjuntura de juros reais elevados, restrição fiscal e queda da renda. Tanto é assim que os fabricantes de bens de capital (investimento), bens de consumo duráveis (movidos a crédito) e de bens de consumo não-duráveis e semiduráveis (dependentes dos salários e do emprego, sendo por isso partes essenciais da cesta de compras das famílias de baixa renda) acusaram redução de produção de 2,6%, 4,7% e 4,3%, respectivamente.

A única categoria a contabilizar incremento no período foi a de bens intermediários (0,9%), dada a interferência positiva das exportações de *commodities*, em um cenário de recuperação de preços, e a busca dos mercados externos como alternativa para a diminuição dos custos fixos das empresas.

Apenas como reforço ao diagnóstico de estagnação da produção e dos negócios, as variáveis industriais relativas ao contingente ocupado, à folha de salários reais e ao número de horas pagas registraram decréscimo de 0,4%, 5,9%, e 0,9%, respectivamente, no acumulado entre janeiro e agosto de 2003.

Por certo, esse encurtamento do emprego e da renda industrial repercutiu na demanda interna, fato percebido pela diminuição do volume de vendas do comércio varejista (5,5%), justificada adicionalmente pela restrição ao crédito. As quedas verificadas em veículos, motos, partes e peças (12,1%), móveis e eletrodomésticos (8,1%), hipermercados e supermercados (5,9%) e tecidos, vestuário e calçados (4,3%) ilustram essa argumentação e indicam que a postura conservadora dos consumidores estaria condicionando as defensivas decisões empresariais.

Os principais indicadores da economia paranaense em 2003 revelam forte interferência do desempenho exportador e/ou do agronegócio

Ao mesmo tempo, a trajetória dos principais indicadores da economia paranaense ao longo do ano de 2003 exprimiou pronunciada influência do desempenho exportador e/ou do agronegócio.

A indústria operante no Estado registrou expansão de 2,9% na produção no intervalo janeiro-agosto, contra queda de 0,5% da atividade manufatureira do país, diante de igual período de 2002. Esse resultado correspondeu ao segundo melhor desempenho entre as unidades federativas, perdendo apenas para o Espírito Santo, que observou crescimento industrial de 17,3%, devido aos efeitos da elevação das exportações de produtos siderúrgicos e do ramo papelero.

A *performance* industrial do Paraná foi sustentada por alguns ramos mais articulados à construção civil (extração de minerais e metalurgia) e pelo complexo

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

metalmecânico (mecânica, material elétrico e material de transporte), reflexo da ainda incipiente recuperação do consumo e do investimento e, sobretudo, da evolução das exportações.

No caso do crescimento dos gêneros mecânica e material de transporte, especialmente a fabricação de colheitadeiras e de tratores, houve a interferência direta da agricultura – principalmente aquela voltada ao mercado internacional, beneficiada com a desvalorização cambial verificada no final de 2002 e começo de 2003 – e da continuidade da renovação do parque de máquinas agrícolas, financiada com recursos do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde março de 2000.

A linha divisória para aplicação de condições diferenciadas na alocação financeira dos recursos do programa corresponde à renda bruta agropecuária anual de R\$ 150,0 mil. Para os produtores rurais com renda inferior àquele valor, o financiamento é pleno a juros de 9,75% ao ano. Para os tomadores com renda igual ou superior, o crédito para investimento deve cobrir 80% do valor pleiteado para a aquisição do ativo fixo, com juros de 12,75% ao ano. Para ambas as classes de renda, o prazo de carência é de até cinco anos, exceto no caso das colheitadeiras (até seis anos).

A expansão de vestuário e calçados traduziu a combinação entre a recuperação da renda e da rentabilidade de alguns pólos industriais sediados no Norte do Estado.

Ainda no tocante ao setor industrial, conforme pesquisa do IBGE, entre janeiro e agosto de 2003 o Paraná ficou em segundo lugar na evolução da geração de empregos formais, acusando incremento de 2,7%, perdendo somente para Santa Catarina (2,9%), contra declínio de 0,4% verificado no país. Já no indicador número de horas pagas, o Estado ocupou a liderança nacional (3,5%), mediante queda de 0,9% para o total do Brasil.

Merece também destaque a variação de 10,8% das compras industriais, com destaque para aquelas provenientes do exterior (38,3%) e do próprio Estado (18,1%), para um declínio de 6,8% das aquisições realizadas junto a outras unidades da Federação. Tal incremento decorre da recuperação da produção industrial e dos efeitos iniciais do Decreto Estadual 949-03, que reduziu a incidência do ICMS de 18,0% para 12,0% nas compras efetuadas no território paranaense.

Na mesma linha, as estatísticas de variação de quantidade vendida pelo comércio varejista regional demonstram um quadro menos desfavorável do que o do restante do país. O declínio de 0,6% registrado pelo

Paraná no intervalo janeiro-agosto, segundo apurações do IBGE, foi o menor entre os estados brasileiros, decorrência principalmente da expansão de combustíveis e lubrificantes, fortemente determinada pelos reflexos da comercialização da safra agrícola.

O efeito das atividades rurais esteve concentrado nas variações de 45,0% e 14,8% na produção de milho e de soja, respectivamente, conseqüência da confirmação das adequadas expectativas de rentabilidade física e monetária. No caso da soja, os fatores decisivos foram o quadro de preços internacionais favorável, somado à influência da desvalorização do real. Para o milho, a relativa estabilidade dos preços internos e o clima favorável ao plantio e desenvolvimento da lavoura da safrinha (cultivo de inverno), que ocupou inclusive espaços normalmente reservados ao trigo, explicam o extraordinário desempenho.

O comportamento fortemente ascendente dos ramos atrelados à dinâmica rural pode ser também visualizado pelos resultados do mercado de trabalho. Estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), organizadas pelo Escritório Regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apontam criação de 72.217 empregos no Estado entre janeiro e agosto de 2003, implicando variação de 4,8% em confronto com análogo período de 2002.

Por um ângulo mais regionalizado, identificou-se a geração de 65.413 empregos no interior do Estado, o que equivale a 90,6% do total ou a um incremento de 7,4%. Já por um exame setorial, notou-se a expansão do emprego puxada pela agricultura e pelas indústrias de alimentos e bebidas, têxteis e de vestuário e calçados, corroborando a condição de liderança do agronegócio.

Por fim, os componentes conjunturais externos do funcionamento da economia estadual podem ser resumidos na expansão de 28,6% das exportações paranaenses contra 21,3% das vendas internacionais do país, no período janeiro-setembro de 2003. Os grupos que afetaram de forma marcante as vendas externas do Estado foram material de transporte (73,7%), máquinas e instrumentos mecânicos (71,2%), carnes (41,8%), soja (34,8%) e papel (33,1%).

O peso do agronegócio na fronteira internacional do Estado pode ser observado mesmo nos segmentos da metalmecânica, a partir dos incrementos expressivos das exportações de itens como máquinas e implementos agrícolas (133,8%), chassis e carroçarias para autoveículos comerciais (119,5%), tratores e partes (69,7%) e autoveículos comerciais leves e pesados (64,4).

TABELA 1 - PARANÁ - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA, VENDAS REAIS E EMPREGO INDUSTRIAL - JAN-AGO 2003

GÊNERO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	Produção Física	Vendas Reais	Emprego
Extração de Minerais	33,3	...	
Minerais Não-Metálicos	-3,8	-25,7	22,5
Metalurgia	12,0	-16,0	4,2
Mecânica	17,8	9,4	7,2
Material Elétrico e de Comunicações	29,0	-31,0	-47,2
Material de Transporte	9,9	-4,8	0,1
Madeira	2,6	16,4	-1,2
Mobiliário	1,4	-15,9	-6,0
Papel e Papelão	-4,9	0,2	6,4
Borracha	39,1
Couros e Peles	22,6	16,8	-5,3
Química	1,1	-2,2	16,7
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	...	6,7	28,0
Perfumaria, Sabões e Velas	-11,6	-36,3	2,5
Matérias Plásticas	-18,0	-2,8	6,5
Têxtil	-5,9	-45,1	-18,5
Vestuário, Calçados e Artefatos	10,0	3,9	-45,8
Produtos Alimentares	-0,3	-18,2	19,3
Bebidas	-2,3	-22,0	-1,0
Fumo	-7,0
Editorial e Gráfica	...	-9,8	-12,2
Indústria de Transformação	2,9	-12,1	6,4 (1)
Indústria Geral	2,9

FONTES: IBGE, Fiep

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) As diferenças entre as magnitudes das taxas das tabelas 1 e 3 decorrem de particularidades metodológicas apresentadas pelas pesquisas do IBGE e da Fiep.

TABELA 2 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DAS VENDAS REAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO PRINCIPAIS ESTADOS - JAN-AGO 2003

ESTADOS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Produção Industrial	Vendas Reais no Comércio Varejista
Ceará	-2,2	-8,8
Pernambuco	-2,0	-7,3
Bahia	0,2	-8,2
Minas Gerais	-1,7	-3,6
Espírito Santo	17,3	-13,3
Rio de Janeiro	-0,4	-8,5
São Paulo	-0,8	-5,2
Paraná	2,9	-0,2
Santa Catarina	-3,8	-1,9
Rio Grande do Sul	1,9	-4,9
BRASIL	-0,5	-5,6

FORNTE: IBGE

TABELA 3 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO DO EMPREGO ASSALARIADO, FOLHA DE PAGAMENTO REAL E NÚMERO DE HORAS PAGAS NO SETOR INDUSTRIAL - JAN-AGO 2003

ESTADOS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	Emprego Assalariado	Folha de Pagamento Real	Número de Horas Pagas
Ceará	-2,4	-3,6	-2,1
Pernambuco	0,2	-5,9	2,4
Bahia	-2,6	-10,5	-1,1
Minas Gerais	-1,7	-5,2	-2,0
Espírito Santo	-4,2	-5,9	-4,1
Rio de Janeiro	-3,6	-11,5	-3,6
São Paulo	-0,7	-6,3	-1,6
Paraná	⁽¹⁾ 2,7	-5,8	3,6
Santa Catarina	2,9	-5,2	1,3
Rio Grande do Sul	-1,8	-3,1	-2,5
BRASIL	-0,4	-5,9	-0,9

FORNTE: IBGE

(1) As diferenças entre as magnitudes das taxas das tabelas 1 e 3 decorrem de particularidades metodológicas apresentadas pelas pesquisas do IBGE e da Fiep.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN-SET 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	2 077 096	38,35	1 540 587	36,59	34,82
Grão	1 011 350	18,67	769 337	18,27	31,46
Farelo	669 131	12,35	542 861	12,89	23,26
Óleo	396 616	7,32	228 389	5,42	73,66
Material de Transporte	1 087 587	20,08	935 258	22,21	16,29
Automóveis	517 880	9,56	526 161	12,50	- 1,57
Motores para autoveículos	267 754	4,94	205 978	4,89	29,99
Autopeças	169 575	3,13	129 796	3,08	30,65
Tratores e partes	69 987	1,29	41 231	0,98	69,75
Chassis e carroçarias p/ autoveículos comerciais	38 112	0,70	17 360	0,41	119,54
Autoveículos comerciais leves e pesados	21 543	0,40	13 103	0,31	64,42
Outros	2 736	0,05	1 629	0,04	67,95
Madeira	514 974	9,51	427 039	10,14	20,59
Compensados	221 091	4,08	161 406	3,83	36,98
Serradas	127 486	2,35	119 234	2,83	6,92
Carnes	482 587	8,91	340 364	8,08	41,79
Aves	361 347	6,67	254 460	6,04	42,01
Suínos	67 498	1,25	44 670	1,06	51,10
Bovinos	42 641	0,79	33 372	0,79	27,77
Cereais	223 127	4,12	173 411	4,12	28,67
Milho	221 573	4,09	173 034	4,11	28,05
Máquinas e Instrumentos Mecânicos	128 622	2,37	75 128	1,78	71,20
Máquinas e implementos agrícolas	28 370	0,52	12 135	0,29	133,79
Refrigeradores/congeladores	24 562	0,45	13 137	0,31	86,96
Componentes hidráulicos	17 953	0,33	4 722	0,11	280,16
Papel	127 737	2,36	95 953	2,28	33,12
Açúcar	124 001	2,29	106 144	2,52	16,82
Café	116 396	2,15	86 938	2,06	33,88
Solúvel	76 550	1,41	56 095	1,33	36,47
Grãos	32 715	0,60	21 876	0,52	49,55
Extratos, essências e concentrados	7 131	0,13	8 968	0,21	- 20,48
Adubos e Fertilizantes	35 865	0,66	14 399	0,34	149,08
Material Elétrico	31 958	0,59	20 219	0,48	58,06
Componentes de telefonia/telegrafia	11 008	0,20	4 511	0,11	144,01
Condutores (inclui fibras óticas)	4 810	0,09	3 403	0,08	41,35
Outros	16 140	0,30	12 305	0,29	31,16
TOTAL GERAL	5 416 735	100,00	4 210 306	100,00	28,65

FONTE: MDIC/Secex/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

NOTA

¹O autor agradece as críticas e comentários feitos por Julio Takeshi Suzuki Júnior, administrador, Coordenador do Boletim *Análise Conjuntural*, do IPARDES.

Paraná - Destaques Econômicos*

*Julio Takeshi Suzuki Júnior, **Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff, Shelbert Braz****

AGROINDÚSTRIA

Sadia investe na unidade de Dois Vizinhos

A Sadia anunciou investimento de R\$ 7,6 milhões na unidade de Dois Vizinhos, Sudoeste do Estado. Com a ampliação, cerca de 500 mil aves serão abatidas por dia na unidade, o que exigirá a instalação de 250 novos aviários, passando dos atuais 960 para 1.210.

Ademais, a fábrica vai gerar 570 empregos diretos e 1.500 indiretos, elevando o número de pessoas empregadas pela empresa, que atinge atualmente 1,7 mil somente na Região Sudoeste.

SADIA investe R\$ 7,6 mi em fábrica no Sudoeste. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 8 out. 2003. p.23.

Batávia investe R\$ 7 milhões

A Batávia, sediada em Carambeí, região dos Campos Gerais, anunciou investimento de R\$ 7 milhões este ano, destinado à ampliação de sua unidade industrial, ao lançamento de novos produtos, à reformulação de embalagens e às campanhas publicitárias.

No ano passado, as vendas da empresa atingiram R\$ 440 milhões, apesar do mercado pouco favorável. Atualmente, a Batávia, que possui também uma unidade em Concórdia (SC), conta com 1,1 mil funcionários e ocupa a terceira posição no mercado de refrigerados (iogurtes, leites fermentados, sobremesas lácteas, entre outros produtos).

BUENO, Priscila. Batávia investe R\$ 7 milhões, apesar de queda no consumo de refrigerados. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 out. 2003. p.17.

GUETHS, Maigne. Batavo já duplicou a produção no Paraná. **Folha de Londrina**, 24 out. 2003. Caderno Economia, p.3.

INDÚSTRIA

Volvo investe na fábrica de Curitiba

A Volvo investirá US\$ 100 milhões no país, até 2005. Desse total, US\$ 35 milhões já foram aplicados pela multinacional na sua fábrica, localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), para produzir o VM, primeiro caminhão semipesado a ser produzido pela empresa no Brasil.

Como parte dessa etapa inicial de investimentos, a Volvo iniciou também a produção de um novo chassi de ônibus, recentemente colocado no mercado. Para 2003, espera-se um faturamento superior ao registrado em 2002, que atingiu R\$ 1,24 bilhão.

ARAGÃO, Wágner de Alcântara. Volvo investe US\$ 100 mi no país até 2005. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 set. 2003. p.23.

Volvo investe US\$ 5 milhões em nova linha de ônibus

A Volvo do Brasil investiu US\$ 5 milhões na produção de uma nova linha de ônibus, a B12R, que já está sendo montada na fábrica localizada em Curitiba. A nova linha será voltada ao transporte rodoviário, tanto de médias como de longas distâncias.

Estima-se que serão produzidas de 80 a 100 unidades do B12R em 2003 e entre 300 e 400 em 2004. Pelo menos metade dessa produção deverá ser destinada à exportação, principalmente aos países da América do Sul.

RIOS, Cristina. Volvo crê em retomada e investe US\$ 5 milhões em família de ônibus. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 1 out. 2003. p.A13.

*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/9/2003 a 31/10/2003.

**Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, estagiários do IPARDES.

Curitiba recebe fábrica de motores

No dia 10 de outubro deste ano foi inaugurada, na Cidade Industrial de Curitiba, a nova unidade da Perkins, que produzirá motores a *diesel* para tratores. A Perkins faz parte do grupo Caterpillar, líder nacional na produção de tratores para a construção civil.

A unidade vai gerar 55 empregos diretos e deverá produzir 7 mil motores neste ano, com a expectativa de atingir 25 mil motores em 2005 e 40 mil em 2007.

PERKINS inaugura fábrica no dia 10. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 2 out. 2003. p.24.

PERKINS fará motores para tratores em Curitiba. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2 out. 2003. p.B11.

PERKINS Motores abre fábrica no CIC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 out. 2003. p.B16.

Projeto Autovisão da Volks será implantado no Paraná

Após ser implantado em São Paulo, o projeto Autovisão da Volkswagen será lançado no Paraná, mais especificamente na fábrica da multinacional alemã, localizada em São José dos Pinhais. A finalidade do projeto é recolocar no mercado de trabalho funcionários que vierem a se desligar da Volkswagen, mediante, principalmente, parcerias com as empresas fornecedoras.

A unidade paranaense, considerada uma das mais modernas do mundo, emprega atualmente 2,6 mil pessoas. Em virtude desse quadro funcional relativamente reduzido, o projeto da Autovisão no Paraná não deverá recolocar profissionais imediatamente, concentrando-se no longo prazo.

OLMOS, Marli. Volkswagen lança idéia de companhia de recolocação também no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 out. 2003. Caderno Empresas, p.B5.

GASPARIN, Mirian. Ao lançar o Fox, Volks anuncia criação da Autovisão no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 out. 2003. p.19.

Volks investiu US\$ 200 milhões na produção do Fox no Paraná

A Volkswagen realizou investimento de US\$ 200 milhões na linha de produção do Fox, novo automóvel que está sendo fabricado na unidade de São José dos Pinhais. Com isso, pretende retomar a liderança do mercado nacional, atualmente ocupado pela Fiat.

No entanto, a montadora não realizou novas contratações, visto que a retração do mercado interno afetou a produção de modelos já fabricados na unidade paranaense. Apostando no novo veículo, a expectativa da Volkswagen do Brasil é fechar o ano de

2003 com exportações totais de US\$ 1,45 bilhão, valor referente às vendas para mais de 30 países.

OLIVEIRA, Rosângela. Volks investiu US\$ 200 mi para produzir Fox no PR. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 out. 2003. p.24.

FOX tem investimento de R\$ 1,7 bilhão. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 out. 2003. p.19.

COMÉRCIO

Supermercados paranaenses aumentam oferta de vagas

De acordo com dados do Ministério do Trabalho, os supermercados paranaenses aumentaram em 7,27% o número de postos de trabalho no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo intervalo de 2002. No mês de junho de 2003, o segmento supermercadista mantinha 37.904 empregados com carteira assinada no Paraná.

O bom desempenho do setor em nível estadual, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), é resultado, principalmente, da ampliação do número de lojas nos últimos anos. Atualmente, o Estado é o quinto colocado em vendas e o segundo em número de lojas por habitantes, conforme pesquisa realizada pela Associação Paranaense de Supermercados (Apras).

RODRIGUES, Betânia. Supermercados paranaenses empregam mais funcionários. **Folha de Londrina**, 17 set. 2003. Caderno Economia, p.1.

COMÉRCIO EXTERIOR

Movimentação de contêineres aumenta em Paranaguá

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) registrou crescimento de 12,19% na movimentação de contêineres nos nove primeiros meses deste ano, comparativamente ao mesmo período do ano passado, atingindo um total de 205.706 TEUs (unidade de medida que equivale a um contêiner de 20 pés).

O referido acréscimo deveu-se, em grande medida, à expansão nas exportações de carnes congeladas, madeiras compensadas, cerâmicas e papel. Em função do aumento nos embarques e da redução nos desembarques, a participação das importações nas operações do TCP caiu significativamente nos últimos dois anos, passando a representar cerca de 33% da movimentação do terminal.

A expectativa do TCP é fechar o ano de 2003 com um movimento de aproximadamente 300 mil TEUs, de 15% a 18% acima do resultado registrado em 2002.

RIOS, Cristina. Exportações deslançam em Paranaguá. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 13 out. 2003. Caderno Finanças & Mercados, p.B14.

INFLAÇÃO

IPARDES divulga IPC de setembro

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Curitiba atingiu 0,43% no mês de setembro, o mesmo percentual registrado em agosto. Os itens que mais contribuíram para a criação positiva do índice foram os artigos de vestuário e as carnes suína e de frangos.

Nos últimos 12 meses, o índice atingiu a marca de 12,41%, ficando em 6,01% no acumulado do ano. O IPC de Curitiba, calculado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), abrange uma faixa de renda familiar situada entre 1 e 40 salários mínimos.

GASPARIN, Mirian. Roupas e carne puxam a inflação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 out. 2003. p.22.

NÍVEL DE ATIVIDADES

Emprego industrial cresce no Paraná

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o emprego industrial formal cresceu 5,59% nos oito primeiros meses deste ano, comparativamente com o mesmo intervalo de 2002. Os segmentos que mais se destacaram no período janeiro-agosto de 2003 foram alimentação e bebidas; vestuário e têxtil; madeira e mobiliário; química; material de transporte; e mecânica.

Já no mês de agosto, o emprego industrial formal do Paraná apresentou expansão de 0,5%, em relação a julho, com destaque para têxtil e vestuário; alimentação e bebidas; química; e madeira e mobiliário. Nesse ano, 93% dos empregos industriais criados no Paraná foram gerados no interior, considerando somente o mercado formal de trabalho.

GASPARIN, Mirian. Indústria do Paraná confirma crescimento. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 out. 2003. p.23.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2003

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003 ⁽¹⁾	30 080	71 861	2 389	72 044	194 644	2 702	32 075	606 591	18 912

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003 ⁽¹⁾	125 653	118 558	944	370 136	30 869 318	83 400	50 420	137 818	2 733

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2003

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003 ⁽¹⁾	545 315	703 905	1 291	110 979	2 312 721	20 839	2 835 286	14 226 319	5 018

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003 ⁽¹⁾	539	1 361	2 525	3 632 995	10 961 391	3 017	1 185 374	2 876 569	2 427

FONTES: Seab/Deral, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - SETEMBRO 2003

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Maio	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32
Outubro	353 712	2 348 161	0,15	662 048	45 991	14,40	226 421	250 631	0,90	99 808	310 746	0,32
Novembro	370 490	2 361 596	0,16	623 449	46 293	13,47	235 841	251 868	0,94	103 530	312 599	0,33
Dezembro	353 382	2 361 718	0,15	599 394	46 383	12,92	236 328	252 031	0,94	101 945	313 642	0,33
2003												
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Maio	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - SETEMBRO 2003

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Mai	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49
Outubro	56 315	4 380	12,86	44 066	3 489	12,63	1 556	583	2,67	1 443 926	2 963 981	0,49
Novembro	55 678	4 389	12,69	44 736	3 482	12,85	1 664	585	2,84	1 435 388	2 980 812	0,48
Dezembro	55 814	4 399	12,69	43 771	3 492	12,53	1 580	582	2,71	1 392 214	2 982 247	0,47
2003												
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Mai	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2002

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 345
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 259	11,54	1 741 015	35,87	28 727	0,59	4 854 245
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 996
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002 ⁽¹⁾	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2001-2002

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PR/BR	
	2002		2001		Variação (%)	2002		2001		Variação (%)	2002 (%)	2001 (%)
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)		US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	5 700 199	100,00	5 317 509	100,00	7,20	60 361 786	100,00	58 222 642	100,00	3,67	9,44	9,13
União Européia	1 859 928	32,63	1 890 819	35,56	-1,63	15 113 391	25,04	14 865 365	25,53	1,67	12,31	12,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 038 758	18,22	957 412	18,00	8,50	15 534 804	25,74	14 378 147	24,70	8,04	6,69	6,66
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 030 639	18,08	669 484	12,59	53,95	8 791 091	14,56	6 949 361	11,94	26,50	11,72	9,63
Oriente Médio	386 732	6,78	399 050	7,50	-3,09	2 341 756	3,88	2 041 257	3,51	14,72	16,51	19,55
Demais da Aladi	377 528	6,62	325 118	6,11	16,12	6 555 422	10,86	5 860 932	10,07	11,85	5,76	5,55
África	269 214	4,72	154 952	2,91	73,74	2 362 317	3,91	1 988 425	3,42	18,80	11,40	7,79
Mercosul	262 404	4,60	522 097	9,82	-49,74	3 310 817	5,48	6 363 655	10,93	-47,97	7,93	8,20
Europa Oriental	200 826	3,52	197 531	3,71	1,67	1 754 912	2,91	1 699 118	2,92	3,28	11,44	11,63
Outros ⁽¹⁾	274 170	4,81	201 046	3,78	36,37	4 597 276	7,62	4 076 382	7,00	12,78	5,96	4,93
IMPORTAÇÃO	3 333 814	100,00	4 929 457	100,00	-32,37	47 231 932	100,00	55 572 176	100,00	-15,01	7,06	8,87
União Européia	1 312 331	39,36	1 921 364	38,98	-31,70	13 069 515	27,67	14 822 476	26,67	-11,83	10,04	12,96
Mercosul	582 573	17,47	816 674	16,57	-28,67	5 615 048	11,89	7 009 316	12,61	-19,89	10,38	11,65
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	398 462	11,95	610 193	12,38	-34,70	10 437 889	22,10	13 043 347	23,47	-19,98	3,82	4,68
Ásia (excl. Oriente Médio)	315 346	9,46	409 865	8,31	-23,06	7 996 372	16,93	8 925 697	16,06	-10,41	3,94	4,59
África	232 895	6,99	468 845	9,51	-50,33	2 686 694	5,69	3 330 948	5,99	-19,34	8,67	14,08
Demais da Aladi	142 639	4,28	293 469	5,95	-51,40	2 610 788	5,53	2 991 963	5,38	-12,74	5,46	9,81
Europa Oriental	133 209	4,00	140 971	2,86	-5,51	918 720	1,95	1 112 520	2,00	-17,42	14,50	12,67
Oriente Médio	102 720	3,08	128 581	2,61	-20,11	1 479 413	3,13	1 472 282	2,65	0,48	6,94	8,73
Outros	139 509	3,41	190 062	2,83	-18,54	2 417 493	5,12	2 863 627	5,15	-15,58	4,70	4,87

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN-SET 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIAÇÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	2 077 096	38,35	1 540 587	36,59	34,82
Grão	1 011 350	18,67	769 337	18,27	31,46
Farelo	669 131	12,35	542 861	12,89	23,26
Óleo	396 616	7,32	228 389	5,42	73,66
Material de transporte	1 087 587	20,08	935 258	22,21	16,29
Automóveis	517 880	9,56	526 161	12,50	- 1,57
Motores para autoveículos	267 754	4,94	205 978	4,89	29,99
Autopeças	169 575	3,13	129 796	3,08	30,65
Tratores e partes	69 987	1,29	41 231	0,98	69,75
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	38 112	0,70	17 360	0,41	119,54
Autoveículos comerciais leves e pesados	21 543	0,40	13 103	0,31	64,42
Outros	2 736	0,05	1 629	0,04	67,95
Madeira	514 974	9,51	427 039	10,14	20,59
Compensados	221 091	4,08	161 406	3,83	36,98
Serradas	127 486	2,35	119 234	2,83	6,92
Obras de marcenaria/carpintaria	53 847	0,99	44 038	1,05	22,27
Molduras	45 744	0,84	51 207	1,22	- 10,67
Outros	66 806	1,23	51 154	1,21	30,60
Carnes	482 587	8,91	340 364	8,08	41,79
Aves	361 347	6,67	254 460	6,04	42,01
Suínos	67 498	1,25	44 670	1,06	51,10
Bovinos	42 641	0,79	33 372	0,79	27,77
Outros	11 102	0,20	7 861	0,19	41,22
Cereais	223 127	4,12	173 411	4,12	28,67
Milho	221 573	4,09	173 034	4,11	28,05
Outros	1 554	0,03	377	0,01	311,92
Máquinas e instrumentos mecânicos	128 622	2,37	75 128	1,78	71,20
Máquinas e implementos agrícolas	28 370	0,52	12 135	0,29	133,79
Refrigeradores/congeladores	24 562	0,45	13 137	0,31	86,96
Componentes hidráulicos	17 953	0,33	4 722	0,11	280,16
Outros	57 737	1,07	45 134	1,07	27,92
Papel	127 737	2,36	95 953	2,28	33,12
Kraftliner para cobertura	35 926	0,66	22 130	0,53	62,34
Coché	24 370	0,45	19 229	0,46	26,74
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	24 346	0,45	13 819	0,33	76,17
Outros	43 096	0,80	40 775	0,97	5,69
Açúcar	124 001	2,29	106 144	2,52	16,82
Em bruto	122 551	2,26	89 824	2,13	36,44
Refinado	1 450	0,03	16 321	0,39	- 91,12
Café	116 396	2,15	86 938	2,06	33,88
Solúvel	76 550	1,41	56 095	1,33	36,47
Grãos	32 715	0,60	21 876	0,52	49,55
Extratos, essências e concentrados	7 131	0,13	8 968	0,21	- 20,48
Metais comuns	75 858	1,40	44 295	1,05	71,26
Artefatos de ferro/aço	13 868	0,26	10 971	0,26	26,41
Outros	61 990	1,14	33 324	0,79	86,02
Químicos diversos	61 480	1,14	47 399	1,13	29,71
Couros e artigos derivados	50 050	0,92	67 454	1,60	- 25,80
Couro preparado ou curtido	29 808	0,55	46 299	1,10	- 35,62
Outros	20 241	0,37	21 155	0,50	- 4,32
Adubos e fertilizantes	35 865	0,66	14 399	0,34	149,08
Material elétrico	31 958	0,59	20 219	0,48	58,06
Componentes de telefonia/telegrafia	11 008	0,20	4 511	0,11	144,01
Condutores (inclui fibras óticas)	4 810	0,09	3 403	0,08	41,35
Outros	16 140	0,30	12 305	0,29	31,16
Minerais não-metálicos	27 212	0,50	24 624	0,58	10,51
Outros	252 185	4,66	211 092	5,01	19,47
TOTAL GERAL	5 416 735	100,00	4 210 306	100,00	28,65

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 6 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN-SET 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIÇÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	659 886	26,11	673 557	27,27	- 2,03
Autopeças	498 378	19,72	464 303	18,80	7,34
Motores para autoveículos	84 433	3,34	83 003	3,36	1,72
Automóveis	30 020	1,19	46 972	1,90	- 36,09
Tratores	17 361	0,69	15 479	0,63	12,16
Pneumáticos	11 186	0,44	34 893	1,41	- 67,94
Autoveículos comerciais leves e pesados	5 153	0,20	12 556	0,51	- 58,96
Outros	13 355	0,53	16 350	0,66	- 18,32
Máquinas e instrumentos mecânicos	268 129	10,61	296 721	12,01	- 9,64
Aparelhos de ar e compressores	50 355	1,99	44 637	1,81	12,81
Máquinas para usinagem de metais	23 282	0,92	24 743	1,00	- 5,91
Componentes hidráulicos	18 175	0,72	12 820	0,52	41,77
Partes de bombas p/ líquidos	16 555	0,66	9 295	0,38	78,11
Máquinas e implementos agrícolas	15 187	8,12	9 864	0,40	53,96
Rolamentos e esferas	14 278	0,56	10 049	0,41	42,09
Outros	130 296	5,16	185 313	7,50	- 29,69
Combustíveis e lubrificantes	263 478	10,42	241 200	9,76	9,24
Óleo bruto de petróleo	227 792	9,01	228 553	9,25	- 0,33
Gases liquefeitos	16 366	0,65	0	0,00	-
Outros	19 320	0,76	12 646	0,51	52,77
Azubos e fertilizantes	219 515	8,69	171 457	6,94	28,03
Potássicos	88 879	3,52	72 330	2,93	22,88
Nitrogenados	38 971	1,54	32 471	1,31	20,02
Fosfatados	17 122	0,68	14 660	0,59	16,80
Outros	74 543	2,95	66 656	2,70	11,83
Material elétrico	203 302	8,04	160 687	6,51	26,52
Componentes eletroeletrônicos	29 751	1,18	15 851	0,64	87,69
Equipamentos de telecomunicações/telefonia	28 465	1,13	18 122	0,73	57,07
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	16 399	0,65	13 873	0,56	18,21
Transformadores/conversores	12 797	0,51	9 325	0,38	37,23
Outros	115 891	4,59	103 516	4,19	11,95
Produtos químicos diversos	175 106	6,93	190 106	7,70	- 7,89
Soja	171 211	6,77	111 911	4,53	52,99
Grão	164 048	6,49	104 269	4,22	57,33
Outros	7 163	0,28	7 641	0,31	- 6,26
Metais comuns	82 914	3,28	81 715	3,31	1,47
Artefatos de ferro/aço	42 463	1,68	32 872	1,33	29,18
Materiais de alumínio	12 425	0,49	16 239	0,66	- 23,49
Outros	28 026	1,11	32 604	1,32	- 14,04
Cereais	75 396	2,98	56 368	2,28	33,76
Trigo	55 011	2,18	40 410	1,64	36,13
Milho	7 996	0,32	6 053	0,25	32,10
Outros	12 389	0,49	9 905	0,40	25,07
Matérias plásticas	75 332	2,98	104 525	4,23	- 27,93
Matérias-primas plásticas	24 509	0,97	55 755	2,26	- 56,04
Artefatos plásticos	23 280	0,92	21 959	0,89	6,02
Chapas, folhas e tiras plásticas	19 034	0,75	17 888	0,72	6,41
Outros	8 508	0,34	8 923	0,36	- 4,65
Papel e celulose	50 845	2,01	48 501	1,96	4,83
Pasta química	27 311	1,08	20 219	0,82	35,07
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	11 929	6,38	15 747	0,64	- 24,25
Outros	11 605	0,46	28 281	1,14	- 58,97
Artefatos de borracha	39 602	1,57	33 942	1,37	16,67
Fios e tecidos	31 763	1,26	53 998	2,19	- 41,18
Sintéticos	31 702	1,25	53 723	2,17	- 40,99
Outros	61	0,00	275	0,01	- 77,91
Minerais não metálicos	23 997	0,95	26 553	1,07	- 9,63
Outros	186 986	7,40	218 914	8,86	- 14,58
TOTAL GERAL	2 527 462	100,00	2 470 155	100,00	2,32

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 7 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA – 1994-2003

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 466
Janeiro	342 031	481 604	-139 572	4 537 905	5 014 230	-476 324
Fevereiro	291 205	363 087	-71 882	4 083 023	4 005 275	77 748
Março	362 878	446 295	-83 417	5 167 500	5 447 377	-279 878
Abril	514 221	521 807	-7 586	4 729 698	4 609 505	120 193
Maio	558 895	447 120	111 775	5 367 054	5 156 176	210 878
Junho	507 973	408 387	99 586	5 041 980	4 761 558	280 422
Julho	470 541	387 233	83 308	4 964 485	4 856 733	107 752
Agosto	553 452	471 362	82 090	5 727 436	5 099 365	628 071
Setembro	432 857	413 283	19 574	4 754 965	4 159 224	595 742
Outubro	501 703	397 449	104 254	5 002 529	4 756 599	245 929
Novembro	416 262	345 699	70 562	4 500 260	4 213 399	286 861
Dezembro	365 491	246 131	119 360	4 345 808	3 492 735	853 073
2002	5 700 199	3 333 303	2 366 897	60 361 786	47 227 204	13 134 582
Janeiro	250 849	238 354	12 495	3 971 829	3 802 444	169 385
Fevereiro	309 359	250 341	59 018	3 658 349	3 396 788	261 561
Março	332 361	266 041	66 320	4 260 412	3 662 948	597 464
Abril	372 907	338 203	34 704	4 641 400	4 141 868	499 531
Maio	364 982	312 697	52 284	4 441 380	4 063 263	378 117
Junho	343 324	231 296	112 027	4 078 559	3 399 611	678 948
Julho	492 269	289 527	202 742	6 223 334	5 020 022	1 203 312
Agosto	449 584	269 202	180 382	5 751 020	4 173 551	1 577 469
Setembro	1 294 671	274 074	1 020 597	6 491 807	3 990 272	2 501 535
Outubro	627 998	332 745	295 252	6 474 408	4 272 416	2 201 992
Novembro	502 314	259 128	243 187	5 126 951	3 858 063	1 268 888
Dezembro	359 582	271 693	87 888	5 242 336	3 445 957	1 796 379
2003 ⁽¹⁾	5 416 735	2 527 462	2 889 273	52 790 345	34 993 028	17 797 317
Janeiro	415 305	232 153	183 152	4 805 211	3 649 989	1 155 222
Fevereiro	405 642	230 865	174 777	5 001 174	3 885 029	1 116 146
Março	530 027	268 303	261 724	5 238 699	3 699 009	1 539 690
Abril	657 474	289 707	367 767	5 710 491	3 996 821	1 713 670
Maio	716 000	269 942	446 058	6 372 184	3 854 814	2 517 371
Junho	630 768	286 864	343 904	5 874 570	3 519 842	2 354 728
Julho	562 814	338 667	224 148	6 104 456	4 047 655	2 056 800
Agosto	830 396	289 479	540 917	6 403 412	3 729 790	2 673 622
Setembro	668 309	321 484	346 826	7 280 148	4 610 079	2 670 069

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 8 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-SETEMBRO 2003

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Abril	0,78
2000	6,23	Maio	0,47
2001	5,90	Junho	0,55
Janeiro	0,89	Julho	0,52
Fevereiro	-0,17	Agosto	0,60
Março	0,17	Setembro	1,12
Abril	0,67	Outubro	1,44
Maio	0,45	Novembro	2,95
Junho	0,31	Dezembro	1,53
Julho	1,05	2003	6,01
Agosto	0,30	Janeiro	1,88
Setembro	0,31	Fevereiro	0,61
Outubro	0,72	Março	1,19
Novembro	0,42	Abril	0,87
Dezembro	0,64	Maio	0,51
2002	12,02	Junho	-0,11
Janeiro	0,88	Julho	0,06
Fevereiro	0,20	Agosto	0,43
Março	0,40	Setembro	0,43

FONTE: IPARDES

TABELA 9 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-SETEMBRO 2003

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Junho	81	900
1977	1 356	8 826	Julho	52	929
1978	1 614	9 636	Agosto	78	719
1979	1 635	12 575	Setembro	129	695
1980	1 936	13 482	Outubro	213	741
1981	1 954	14 105	Novembro	260	613
1982	1 179	6 606	Dezembro	264	614
1983	1 079	3 345	2002	2 448	9 752
1984	1 748	7 921	Janeiro	301	401
1985	2 167	9 728	Fevereiro	279	652
1986	2 029	10 588	Março	286	702
1987	2 121	9 479	Abril	132	901
1988	1 567	8 847	Maio	126	787
1989	1 386	6 189	Junho	128	635
1990	885	4 111	Julho	40	1 180
1991	584	2 677	Agosto	142	921
1992	593	2 893	Setembro	234	1 066
1993	1 038	4 475	Outubro	292	1 148
1994	1 707	9 011	Novembro	270	860
1995	859	5 095	Dezembro	218	499
1996	897	4 180	2003	2 083	8 186
1997	1 296	6 062	Janeiro	220	478
1998	1 380	6 025	Fevereiro	238	734
1999	1 351	4 854	Março	247	776
2000	1 692	6 251	Abril	129	956
2001	2 046	8 307	Maio	192	1 040
Janeiro	265	237	Junho	196	929
Fevereiro	233	615	Julho	220	1 084
Março	278	851	Agosto	317	1 126
Abril	150	501	Setembro	324	1 063
Maio	43	892			

FONTES: Anfavea; New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 10 - PRODUÇÃO DE AUTOMÓVEIS, NO PARANÁ - 1999-SETEMBRO 2003

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES ⁽¹⁾	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
Janeiro	423	437	8 945
Fevereiro	584	423	13 872
Março	448	595	17 092
Abril	300	575	17 049
Maiο	-	793	21 740
Junho	-	354	15 415
Julho	-	555	16 699
Agosto	-	529	15 640
Setembro	-	470	14 456
Outubro	-	476	11 801
Novembro	-	319	12 739
Dezembro	-	328	3 993
2002	5 063	5 552	131 285
Janeiro	1	241	4 722
Fevereiro	6	432	10 956
Março	9	520	12 335
Abril	447	554	13 080
Maiο	523	526	12 137
Junho	671	463	10 720
Julho	749	474	13 169
Agosto	520	397	10 048
Setembro	632	501	11 435
Outubro	737	552	13 479
Novembro	654	455	10 351
Dezembro	114	437	8 853
2003	7 601	4 352	96 493
Janeiro	664	399	11 354
Fevereiro	803	486	13 218
Março	763	466	12 386
Abril	859	398	10 499
Maiο	999	560	13 296
Junho	1 032	405	9 901
Julho	1 253	590	6 729
Agosto	945	543	9 278
Setembro	283	505	9 832

FONTE: Anfavea

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 11 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - DEZEMBRO 2002-SETEMBRO 2003

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,40
2003	
Janeiro	7,80
Fevereiro	9,00
Março	10,00
Abril	9,60
Maiο	10,20
Junho	10,20
Julho	10,30
Agosto	8,40
Setembro	8,40

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

ERRATA

No boletim Análise Conjuntural v. 25, n. 7-8, jul./ago. 2003, página 7, tabela 3, onde se lê, relativamente ao município de Mercedes, o valor de R\$ 39 630 060,52, leia-se: 3 963 060 52, conforme mostramos abaixo:

Onde se lê:

TABELA 3 - IDH-M E RECEITAS SEGUNDO A ORIGEM E ESTRATOS DO NÚMERO DE HABITANTES, DA MESORREGIÃO OESTE - PARANÁ - 2000 E 2002

MUNICÍPIOS	ORIGEM DA RECEITA (R\$)			IDH-M (%)
	Dependência		Royalties	
	Federal	Estadual		
Até 20.000 habitantes				
Anahy	2.003.174,45	580 872,91	-	0,725
Boa Vista da Aparecida	3.634.219,68	972 063,02	-	0,697
Braganey	2.563.291,62	1 216 408,56	-	0,704
Cafelândia	3.150.510,74	4 255 528,84	-	0,787
Campo Bonito	1.886.389,49	1 191 857,16	-	0,687
Capitão Leônidas Marques	4.451.363,20	6 819 465,49	-	0,751
Catanduvas	3.846.269,76	1 275 009,75	-	0,717
Céu Azul	3.282.542,39	4 562 277,76	-	0,780
Corbélia	4.191.337,37	2 915 162,33	-	0,767
Diamante do Sul	1.960.437,38	510 589,20	-	0,676
Diamante D'Oeste	4.192.081,19	1 046 080,83	1 153 436,51	0,709
Entre Rios do Oeste	2.028.735,26	1 006 812,27	6 748 524,21	0,847
Formosa do Oeste	2.855.922,77	1 690 030,62	-	0,788
Guaraniaçu	5.654.391,88	2.923.357,63	-	0,728
Ibema	2.159.097,64	939.681,56	-	0,722
Iguatu	1.843.490,60	404.923,77	-	0,701
Iracema do Oeste	2.038.560,22	516.218,55	-	0,700
Itaipulândia	1.197.713,21	1.051.656,61	36.867.075,34	0,760
Jesuítas	2.875.993,46	994.422,18	8.321,59	0,761
Lindoeste	2.493.866,58	966.692,25	-	0,715
Maripá	1.920.948,21	2 420 417,93	-	0,845
Matelândia	4.123.983,79	3 876 010,25	-	0,760
Mercedes	1.799.772,09	1 165 742,86	39 630 060,52	0,816
Missal	3.145.899,17	1 975 190,16	8 223 459,15	0,790
Nova Aurora	3.511.667,90	3 152 669,04	-	0,771
Nova Santa Rosa	2.444.421,15	2 195 022,67	-	0,806
Ouro Verde do Oeste	2.176.250,89	1 227 030,28	-	0,764
Pato Bragado	1.856.891,87	912 907,69	9 655 171,64	0,821
Quatro Pontes	1.887.119,54	1 130 389,15	-	0,850
Ramilândia	1.866.367,32	751 447,17	-	0,697
Santa Lúcia	1.950.560,85	824 915,36	-	0,725
Santa Tereza do Oeste	2.717.497,00	1 393 431,01	-	0,735
Santa Terezinha de Itaipu	3.727.504,66	3 084 106,32	8 598 928,70	0,778
São José das Palmeiras	2.35.480,54	688 527,43	398 239,04	0,724
São Pedro do Iguaçu	2.535.852,31	1.892.182,37	-	0,732
Serranópolis do Iguaçu	2.232.094,43	2.881.984,75	-	0,796
Terra Roxa	4.088.256,27	3.436.200,77	324 357,48	0,764
Três Barras do Paraná	5.007.493,02	2.158.125,93	-	0,720
Tupãssi	2.720.267,26	2.242.961,70	-	0,809
Vera Cruz do Oeste	2.473.123,63	1.579.892,67	-	0,737
Acima de 20.000 até 100.000 habitantes				
Assis Chateaubriand	7.397.993,80	6.508.824,13	-	0,787
Guaira	4.826.862,00	3.900.774,79	10 468 574,15	0,777
Marechal Cândido Rondon	7.783.141,70	8.020.703,49	11 511 076,67	0,829
Medianeira	6.946.586,76	4.932.065,50	238 189,49	0,779
Palotina	5.562.255,14	7.581.441,02	-	0,832
Santa Helena	5.638.453,00	3.508.740,15	54 130 606,59	0,799
São Miguel do Iguaçu	3.133.853,88	4.725.853,32	18 675 471,76	0,779
Toledo	14.22.122,21	22.416.235,58	-	0,827
Acima de 100.000 habitantes				
Cascavel	18.874.927,01	33.923.217,65	-	0,810
Foz do Iguaçu	23.657.257,69	82.441.35,17	41 422 939,21	0,788

FONTES: IBGE, STN, ANEEL, IAP

Leia-se:

TABELA 3 - IDH-M E RECEITAS SEGUNDO A ORIGEM E ESTRATOS DO NÚMERO DE HABITANTES, DA MESORREGIÃO OESTE - PARANÁ - 2000 E 2002

MUNICÍPIOS	ORIGEM DA RECEITA (R\$)			IDH-M (%)
	Dependência		Royalties	
	Federal	Estadual		
Até 20.000 habitantes				
Anahy	2.003.174,45	580 872,91	-	0,725
Boa Vista da Aparecida	3.634.219,68	972 063,02	-	0,697
Braganey	2.563.291,62	1 216 408,56	-	0,704
Cafelândia	3.150.510,74	4 255 528,84	-	0,787
Campo Bonito	1.886.389,49	1 191 857,16	-	0,687
Capitão Leônidas Marques	4.451.363,20	6 819 465,49	-	0,751
Catanduvas	3.846.269,76	1 275 009,75	-	0,717
Céu Azul	3.282.542,39	4 562 277,76	-	0,780
Corbélia	4.191.337,37	2 915 162,33	-	0,767
Diamante do Sul	1.960.437,38	510 589,20	-	0,676
Diamante D'Oeste	4.192.081,19	1 046 080,83	1 153 436,51	0,709
Entre Rios do Oeste	2.028.735,26	1 006 812,27	6 748 524,21	0,847
Formosa do Oeste	2.855.922,77	1 690 030,62	-	0,788
Guaraniaçu	5.654.391,88	2.923.357,63	-	0,728
Ibema	2.159.097,64	939.681,56	-	0,722
Iguatu	1.843.490,60	404.923,77	-	0,701
Iracema do Oeste	2.038.560,22	516.218,55	-	0,700
Itaipulândia	1.197.713,21	1.051.656,61	36.867.075,34	0,760
Jesuítas	2.875.993,46	994.422,18	8.321,59	0,761
Lindoeste	2.493.866,58	966.692,25	-	0,715
Maripá	1.920.948,21	2 420 417,93	-	0,845
Matelândia	4.123.983,79	3 876 010,25	-	0,760
Mercedes	1.799.772,09	1 165 742,86	3 963 060,52	0,816
Missal	3.145.899,17	1 975 190,16	8 223 459,15	0,790
Nova Aurora	3.511.667,90	3 152 669,04	-	0,771
Nova Santa Rosa	2.444.421,15	2 195 022,67	-	0,806
Ouro Verde do Oeste	2.176.250,89	1 227 030,28	-	0,764
Pato Bragado	1.856.891,87	912 907,69	9 655 171,64	0,821
Quatro Pontes	1.887.119,54	1 130 389,15	-	0,850
Ramilândia	1.866.367,32	751 447,17	-	0,697
Santa Lúcia	1.950.560,85	824 915,36	-	0,725
Santa Tereza do Oeste	2.717.497,00	1 393 431,01	-	0,735
Santa Terezinha de Itaipu	3.727.504,66	3 084 106,32	8 598 928,70	0,778
São José das Palmeiras	2.35.480,54	688 527,43	398 239,04	0,724
São Pedro do Iguaçu	2.535.852,31	1.892.182,37	-	0,732
Serranópolis do Iguaçu	2.232.094,43	2.881.984,75	-	0,796
Terra Roxa	4.088.256,27	3.436.200,77	324 357,48	0,764
Três Barras do Paraná	5.007.493,02	2.158.125,93	-	0,720
Tupãssi	2.720.267,26	2.242.961,70	-	0,809
Vera Cruz do Oeste	2.473.123,63	1.579.892,67	-	0,737
Acima de 20.000 até 100.000 habitantes				
Assis Chateaubriand	7.397.993,80	6.508.824,13	-	0,787
Guaira	4.826.862,00	3.900.774,79	10 468 574,15	0,777
Marechal Cândido Rondon	7.783.141,70	8.020.703,49	11 511 076,67	0,829
Medianeira	6.946.586,76	4.932.065,50	238 189,49	0,779
Palotina	5.562.255,14	7.581.441,02	-	0,832
Santa Helena	5.638.453,00	3.508.740,15	54 130 606,59	0,799
São Miguel do Iguaçu	3.133.853,88	4.725.853,32	18 675 471,76	0,779
Toledo	14.22.122,21	22.416.235,58	-	0,827
Acima de 100.000 habitantes				
Cascavel	18.874.927,01	33.923.217,65	-	0,810
Foz do Iguaçu	23.657.257,69	82.441.35,17	41 422 939,21	0,788

FONTES: IBGE, STN, ANEEL, IAP